

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO**

**CAMILA ARAUJO MOREIRA DA SILVA**

**O JORNALISMO NA PERSPECTIVA MARXISTA: UMA ANÁLISE DE  
COBERTURA DA CRISE SANITÁRIA EM BAURU**

**BAURU SP  
2022**

CAMILA ARAUJO MOREIRA DA SILVA

JORNALISMO NA PERSPECTIVA MARXISTA: UMA ANÁLISE DA COBERTURA  
DA CRISE SANITÁRIA EM BAURU

Monografia apresentada como requisito à  
obtenção do título de bacharel no Curso de  
Jornalismo da Faculdade de Artes,  
Arquitetura, Comunicação e Design da  
Universidade Estadual Paulista Júlio  
Mesquita Filho.

Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Martin  
Vicente.

BAURU SP

2022

FOLHA/TERMO DE APROVAÇÃO

CAMILA ARAUJO MOREIRA DA SILVA

JORNALISMO LOCAL NA PERSPECTIVA MARXISTA: UMA ANÁLISE DA  
COBERTURA DA CRISE SANITÁRIA EM BAURU

Monografia aprovada como requisito à obtenção do título de bacharel, Curso de Jornalismo da Faculdade de Artes, Arquitetura, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

*A todas as pessoas que se dedicam  
a pensar e construir um mundo emancipado.*

## Agradecimentos

Uma das partes mais desafiadoras deste trabalho foi escrever estes agradecimentos aos afetos que me cercam e que, em alguma medida, participaram deste processo de pesquisa e escrita - processo este que me era tão distante e familiar ao mesmo tempo. Isso porque as palavras, em toda riqueza, profundidade, historicidade e complexidade, parecem não dar conta de nomear este sentimento de gratidão na medida em que queremos transmitir. Mas faltando pouco tempo para encerrar esse longo processo de graduação iniciado em 2016, deixarei as palavras fluírem.

A primeira pessoa a quem dedico estas linhas de gratidão é alguém que tanto me ensina e me ensinou até o momento na minha vida de 25 primaveras. Alguém que me ensinou sobre a vida, que primeiro me falou com a ternura necessária sobre marxismo e luta de classes, sobre música e sobre a vida. Que me ensinou a amar Drummond, e ser flor capaz de furar o tédio, o nojo, o ódio e o asfalto. Que nunca me subestimou nem me tratou de forma paternalista, mesmo sendo anos mais velho e muito mais sábio. Mal sabe esta pessoa o quanto dela tem em mim, e por isso a ela dedico estas primeiras palavras. Meu professor, amigo e camarada, Fernando Braga Talarico. Minha gratidão para sempre.

Agradeço também ao meu querido orientador Maximiliano Martin Vicente pela paciência, pelo cuidado e pela tranquilidade necessária no trato da pesquisa. À Adriana Cardoso Nogueira, professora e amiga, que sempre e carinhosamente cobra por notícias minhas - as quais ficaram escassas enquanto eu escrevia esta monografia: um abraço carinhoso. Ao grande e saudoso Fábio Negrão Figueira Pinto, que nos deixou em 2019, e que se entusiasmou comigo há quatro anos quando eu decidi pela primeira vez que queria fazer pesquisa. Mal sabia ele quanto suas provocações, em aula e fora dela, me motivaram a persistir nas trilhas do materialismo histórico-dialético. Estará sempre presente em mim. À universidade pública, e em específico à Unesp, agradeço pela oportunidade de poder transitar e viver em um espaço de constantes debates. Trata-se de uma importante trincheira na batalha contra o obscurantismo. Que a comunidade universitária, especialmente

as e os estudantes, lutem sempre e aguerridamente pela continuidade deste espaço. Que a universidade pública persista, exista e retome sua tradição crítica. E sobretudo, que dê condições materiais para a permanência estudantil, com moradia de qualidade, alimentação nos restaurantes universitários, bolsas de ensino, pesquisa, extensão. Nesse sentido, agradeço ao CNPq pela possibilidade de realizar uma iniciação científica com bolsa.

À todas as pessoas que conheci nos cursos da Oboré, nos congressos da Abraji, e em todos os espaços de reflexão crítica sobre o jornalismo que pude estar presente.

À Bibiana Garrido e ao Lucas Mendes, meus colegas de profissão, por terem me ensinado tanto, por terem criado um ambiente propício para fluidez da criatividade e por terem construído uma importante referência no jornalismo. Conviver com vocês ao longo de 2020, vivenciar um trabalho coletivo, partilhar os sentimentos de alegria e as vezes de aflição, trabalhar no Jornal Dois, foi uma oportunidade valiosa para a minha vida. À Paula Betteli, à Letícia Sartori e à Joyce Rodrigues, minhas amigas que também estiveram neste espaço partilhando o sonho e a construção de um jornalismo crítico e de impacto. À todos os outros colegas que construíram o J2, meu muito obrigada.

Ao Marcelo Mário de Melo, poeta, pernambucano, camarada e amigo querido, que estive em diversos momentos desta empreitada, com muito entusiasmo e disposição. Com poesia, prazer, amizade e humor, na conjuntura que for. Que alegria essa amizade.

Aos meus camaradas todos, por não desistirem da luta, essa corrida de revezamento. Aos meus queridos camaradas que conheci quando militei junto à União da Juventude Comunista, aos meus queridos companheiros do Coletivo Ação Libertária, a todos que estão por perto, e aos que estão longe também. Estamos juntos. Muito obrigada.

A minha querida amiga Gabriela Salzedas, por sempre estar por perto, por tantas trocas, por tanto carinho, amizade e amor. A minha querida amiga Giovanna Dotta e ao meu querido amigo Jordi Avanzi. Carrego vocês sempre no meu coração.

À minha mãe, Valéria, ao meu pai, Sebastião, e às minhas irmãs, Isabela e Gabriela, pelo apoio e pelos laços de carinho, amor e respeito cada vez mais fortalecidos. Obrigada por serem minha base em meio a um mundo que vez ou outra nos deixa pessimistas.

## RESUMO

Valendo-se de conceitos como ideologia e hegemonia, considerados centrais no estudo do campo da comunicação a partir do marxismo, este trabalho busca refletir sobre os pressupostos considerados universais nas práticas jornalísticas, de modo a criticá-los e propor alternativas para a construção de um jornalismo emancipatório. O estudo e a revisão das obras *O Segredo da Pirâmide*, de Adelmo Genro Filho, e *Jornalismo e Luta de Classes: Desvendando a Ideologia do Modelo Informativo na Busca da Contra-Hegemonia*, de Cátia Guimarães, serviram de guia para nossa discussão. Também realizamos a análise de matérias publicadas em dois veículos de jornalismo local da cidade de Bauru, no interior de São Paulo, sendo o *Jornal da Cidade* compreendido como modelo de jornalismo hegemônico, e o *Jornal Dois* como modelo de jornalismo alternativo. A partir deste percurso, concluímos que mais do que assimilar abstratamente o jornalismo em sua essência, é preciso pensar a construção de um jornalismo contra-hegemônico, vinculado à democratização da mídia, ainda que entendendo suas limitações.

Palavras-chaves: jornalismo local, jornalismo contra-hegemônico, marxismo



## ABSTRACT

Making use of concepts such as ideology and hegemony, considered central in the study of the field of communication based on Marxism, this work seeks to reflect on the assumptions considered universal in journalistic practices, in order to criticize them and propose alternatives for the construction of an emancipatory journalism. The study and review of the works *O Segredo da Pirâmide*, by Adelmo Genro Filho, and *Jornalismo e Luta de Classes: Unveiling the Ideology of the Informative Model in the Search for Counter-Hegemony*, by Cátia Guimarães, served as a guide for our discussion. We also carried out an analysis of articles published in two vehicles of local journalism in the city of Bauru, in the interior of São Paulo, with *Jornal da Cidade* understood as a model of hegemonic journalism, and *Jornal Dois* as a model of alternative journalism. From this path, we conclude that more than abstractly assimilating journalism in its essence, it is necessary to think about the construction of a counter-hegemonic journalism, linked to the democratization of the media, although understanding its limitations.

Keywords: local journalism, counter-hegemonic journalism, Marxism

**"Aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência  
imediata entre a aparência e a essência das coisas."**

***Karl Marx***

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>22</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>35</b>
<b>4 DISCUSSÃO E PROPOSIÇÕES .....</b>	<b>61</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um esforço inicial de adentrar o debate do jornalismo e da imprensa sob o ponto de vista do materialismo histórico-dialético, metodologia marxista que tem por objetivo a interpretação do mundo a partir de suas bases materiais em vista de transformá-lo (MARX, 1988). Assim, tal premissa marxista, nos diz Pontes (2015, p.35) a partir do estudo do filósofo marxista György Lukács, nos permite posicionar o jornalismo dentro do escopo de que a humanidade produz suas condições de vida ao mesmo tempo que é transformada pelo produto de seu trabalho socialmente acumulado e manifesto. Em Marx, encontramos esta explicação da seguinte maneira: que o ser humano, ao agir sobre a natureza externa, sobre a matéria natural, ele a modifica, ao mesmo tempo modificando sua própria natureza (2013, p. 255). Essa perspectiva usada na pesquisa portanto pressupõe uma aproximação entre teoria e prática que, nos termos do marxismo, desemboca na práxis, ou seja, uma “unidade dialética da teoria e da prática no movimento da negação” (FERNANDES, 2019, p.61), entendendo “negação” aqui como o anseio de negar, isto é, de superar o sistema capitalista, desnaturalizar-lo. Em outras palavras, “o movimento revolucionário é guiado pela influência da teoria revolucionária, estruturado em torno da agência humana na complexidade do caráter totalizador do capitalismo” (ibidem). Para Marx, como nos lembra Netto (2011, p.21), a teoria “não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto” (ibid, p.20), mas é “o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”. Em outras palavras, trata-se da “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (ibidem).

O objetivo do pesquisador ou da pesquisadora na perspectiva do método marxista, e portanto o nosso maior objetivo nesta pesquisa, é ir “além da aparência fenomênica, imediata e empírica” por onde se inicia o conhecimento, que é um nível da realidade, é importante e não descartável. Mas é ir além dessa aparência para “apreender a essência do objeto” (ibidem, p.22). Portanto, nosso objetivo é partir da aparência do jornalismo, e mais precisamente do jornalismo hegemônico e a forma

como ele se coloca enquanto modelo universal, para tentar alcançar a sua essência - sendo que a nossa hipótese é de que a do jornalismo hegemônico, a qual chamaremos aqui de modelo aparentemente universal e meramente informativo, é essencialmente burguesa e, portanto, reforça a ordem capitalista vigente.

Para que isso seja possível de se alcançar, nos propomos a compreender e assumir “a parcialidade inescapável de uma sociedade cindida” (GUIMARÃES, 2015, p. 14), que “sirva de instrumento para a superação da ordem vigente, entendendo a emancipação humana (...) como a única universalidade possível”. Quando Guimarães (2015, p.14) fala nesta “sociedade cindida”, ela se refere exatamente ao caráter de uma sociedade dividida em classes, cujos preceitos básicos, no que diz respeito a esta divisão, vale a pena retomar: a história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes (MARX; ENGELS, 2005, p.40). Uma sociedade dividida em classes sociais, para irmos um pouco mais além, é aquela em que um grupo, a classe dominada, trabalha na produção de tudo o que é necessário para a nossa sobrevivência, de toda a sociedade, enquanto o outro grupo, a classe dominante, satisfaz suas necessidades com aquilo que foi produzido pela outra classe (MANZANO, 2019, p.41). Para manter essa estrutura vigente é preciso que um aparato ideológico justifique e mantenha a divisão de classes, por meio de dominação política, intelectual, cultural e econômica sobre toda a sociedade (ibidem, p.40-41).

É preciso ter este contexto em mente pois é ele que norteia toda nossa discussão. Iremos abordar de forma comparativa notícias veiculadas em dois jornais locais da cidade de Bauru, no interior de São Paulo, tentando constatar limitações na forma de se encarar o jornalismo, que, como aprofundaremos a seguir, se pressupõe “universal”, objetivo, e às vezes até mesmo neutro ou imparcial. A hipótese central, a qual buscaremos respaldo por meio de uma discussão teórica e analítica, é de que o jornalismo dito “informativo” é um instrumento de hegemonia, conceito que abordaremos com mais profundidade à frente, mas que, em resumo, atua reforçando os interesses de classe burguesa. Esse caráter ideológico aparece no conteúdo jornalístico, mas também na forma, “num modo de se fazer jornalismo

baseado na rígida separação entre informação e opinião, na objetividade identificada como imparcialidade e na atualidade associada ao ineditismo” (GUIMARÃES, 2014).

O jornalismo aqui é entendido como parte das ferramentas e instituições da sociedade civil que exercem hegemonia, conceito de Antonio Gramsci o qual informa uma “prática que vise disputar concepções de mundo e contribuir para um processo de construção de consciência” (GUIMARÃES, 2015, p.14). O próprio Gramsci (1916) defende com firmeza que o jornal burguês

é um instrumento de luta movido por idéias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação.

Mais à frente iremos constatar essa argumentação por meio da análise de uma cobertura jornalística concreta, de um contexto específico, embora acreditemos ser possível transpor esta análise para os mais diversos veículos de comunicação e coberturas. Também não são poucas as referências do campo da comunicação que se valem da discussão gramsciana para aprofundar suas hipóteses de pesquisa. O mesmo ocorre aqui: é a partir desta discussão que iremos dialogar. Giannotti (2014, p.13) explica que a hegemonia está ligada à “ideia de toda uma visão de mundo, da política, da vida, que passa a ser dominante entre uma grande parcela da sociedade”. Portanto, ter a hegemonia, diz ele, é dar a direção político-ideológica à sociedade.

Em Gramsci encontramos que os meios pelos quais um grupo se faz hegemônico são a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil, uma das duas esferas da hegemonia, é composta por “instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc” (MORAES, 2010, p.57). A outra esfera é a sociedade política, um “conjunto de

mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis”. (Ibidem, p.54)

Ao longo de nossas discussões tentaremos demonstrar portanto que o jornalismo compõe o leque de instrumentos de que a burguesia dispõe para exercer sua hegemonia na sociedade. Ao mesmo tempo o modelo descrito genericamente como “informativo”, concebido sobretudo pela tradição norte-americana de estudos sobre comunicação, é hegemônico ao padronizar as práticas ditas “ideais” no jornalismo, estabelecendo critérios para técnicas de produção de notícias supostamente neutras, universais e objetivas.

A “mudança das circunstâncias e da atividade humana ou automudança (MARX, 1994)” (FERNANDES, 2016, não paginado) faz parte do conceito de práxis na metodologia marxista, como mencionamos brevemente acima. Vejamos. Fernandes (2016, não paginado) lembra que “qualquer esforço para separar a teoria da prática no marxismo negligencia os próprios argumentos de Marx na sua crítica à Feuerbach (1982), pois ele fornece declarações intransigentes sobre a natureza da atividade revolucionária como atividade histórica ‘prático-crítica’ que une interpretação e automudança (MARX, 1994)”. Práxis, portanto, não é uma “atividade isolada”, mas uma “atividade do ser”, a prática e a teoria que “devem formar uma unidade dialética para não forçar à humanidade a escolha de um sobre o outro” (ibid). Em Lênin, ao formular os “problemas candentes do movimento” de trabalhadores de sua época, na importante obra “Que fazer?”, escrito no início do século XX, e que, assim como outras obras de cunho revolucionário, serviu de subsídio teórico para impulsionar os passos concretos da revolução socialista que germina 16 anos depois na Rússia, sintetiza a práxis na célebre frase “Sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário”.

A metodologia adotada nesta pesquisa, portanto, pressupõe a práxis, e mais do que isso, a práxis revolucionária, que deve estar ligada à verdade da realidade em uma

qualidade fundamental” (FERNANDES, 2019, p. 57). Fernandes (2019, p. 61) ainda vai além, afirmando que o que é revolucionário requer “autocapacitação orgânica do oprimido”, já que partimos de uma perspectiva classista, por meio do reconhecimento e da vontade de mudar (expressa em um desejo coletivo) feito junto com os representantes intelectuais orgânicos - ao mesmo tempo produto e ‘instrumento’ a serviço da sua classe (GUIMARÃES, 2015, p. 94) - desse grupo. Esse processo é entendido, portanto, como uma necessidade histórica e uma “pré-condição para o livre exercício das potencialidades humanas” (FERNANDES, 2019, p.55). Para sintetizar o conceito de práxis revolucionária, portanto, Fernandes (2016, não paginado) diz que “é possível questionar, refletir e reconceituar a realidade, transformando-a, assim, tanto ao pensá-la de forma radical quanto por uma ação material que implica em fazer as coisas de forma diferente”.

Desse modo, é necessário não “fixar a sociedade como abstração frente ao indivíduo”, ou seja, como algo que é alheio ao próprio ser humano, porque na verdade a sociedade é “a plena unidade essencial do homem com a natureza” (MARX, 1974, p. 15) e, mais do que isso: “o indivíduo é o ser social”, responsável por projetar e construir a sociedade a partir de suas necessidades. Parte-se do entendimento, portanto, de que a história é construída pela humanidade e que, por meio do trabalho, as pessoas são capazes de modificar a natureza para satisfazer suas necessidades (MARX, 1985, p.153). No entanto, aqui é importante fazer um destaque, para que esse trabalho não se confunda em algo abstrato. Resgatando a discussão promovida por Lukács, em *Ontologia do Ser Social I*, temos, no entanto, que aquilo que Marx chama de “reino da liberdade” só pode se constituir uma vez que o trabalho seja exercido a partir de um controle comunitário, em vez de o homem ser dominado por este trabalho como uma “força cega” (MARX apud LUKÁCS, 2018, não paginado). Lukács ainda diferencia o trabalho em uma sociedade capitalista de um trabalho exercido no socialismo: “a particularidade do capitalismo está em criar, de modo espontâneo, uma produção social propriamente dita. O socialismo transforma essa espontaneidade em regulação consciente” (ibid, não paginado).



A partir deste trabalho, que chamaremos de ontológico, não só é necessário, como é possível organizar a sociedade a partir de outros moldes, superando as limitações impostas pelo sistema capitalista à maior parte da população, que é a classe trabalhadora, de modo a satisfazer as necessidades da humanidade, finalmente emancipada. Em Manzano, a autora explica que o capital, uma relação social de exploração, “separa braços e mentes, tornando o conhecimento aplicado no processo de trabalho em algo externo aos próprios agentes produtivos” (MANZANO, 2019, p.146-147). Vale o destaque: enquanto a “prática que domina a teoria pode estagnar devido à incapacidade de reconhecer a reificação”, a “teoria que domina a prática impede a realização da subjetividade da humanidade: ambas as fontes de desequilíbrio iriam travar a transformação positiva da realidade” (FERNANDES, 2019, p.55). Essa premissa nos permite desenhar desde então possíveis conclusões para um jornalismo emancipatório, que una a teoria e a prática direcionados à transformação da sociedade, de forma a rejeitar o papel da objetividade a qual serve como fantasia para jornalistas. Há quase dois séculos, em 1848, Marx e Engels (2005, p. 40) tinham clareza em afirmar, ao analisarem as relações sociais produzidas pelo capital, que “a moderna sociedade burguesa, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes”. Na verdade, dizem eles, “não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado”. É evidente que o capitalismo se transformou, porque se aprofundou, desde que o clássico texto dos autores socialistas foi escrito, deixando também ainda mais evidente o antagonismo de classe .

Isso de maneira alguma significa abrir brechas para a ideia de que o marxismo é um pensamento superado. É justamente o contrário: como lembra Fernandes (2019, p.70), “ele é vivo, pois trata da aplicação de seu método”. Não cabe a este trabalho adentrar no debate sobre as múltiplas formas de opressão - como gênero e raça - que atravessam a classe trabalhadora. Parte-se do entendimento, no entanto, de suas evidentes existências e como elas impactam em níveis e maneiras diferentes a vida das e dos trabalhadores. Mas o objeto aqui é o jornalismo. E o objetivo é refletir, especificamente, sobre o modelo hegemônico do jornalismo informativo e

seus supostos valores universais, resgatando como e de onde surge o embrião desse modo de fazer jornalismo a partir de autores marxistas.

Para esta reflexão, vamos fazer uma análise comparativa de matérias publicadas em dois jornais locais de Bauru, interior de São Paulo. Buscando perceber diferenças na cobertura e na linha editorial, procurando identificar problemáticas e refletir sobre possíveis soluções segundo as referências teóricas. Além disso, tentaremos promover uma provocação no sentido de pensar a importância de fertilizar os chamados “desertos de notícia”, conceito a ser discutido à frente, que em resumo significa locais e regiões em que não há cobertura jornalística profissional, facilitando o espreiamento de desinformação e das chamadas “fake news”.

A obra de Adelmo Genro Filho é uma das duas principais referências para nortear este trabalho, especificamente na discussão sobre jornalismo na perspectiva marxista. Antes, é preciso fazer uma ressalva. O pesquisador Souza (2015, p.1) lamenta o apagamento, a "pasteurização" do marxismo na obra do pesquisador gaúcho, afirmando que Genro Filho tenha se tornado “uma referência inócua” no debate sobre comunicação no Brasil. Souza defende que o “potencial militante e questionador da tese” é abandonado.

Ou seja, há uma absorção epistemológica da defesa do jornalismo enquanto ‘forma social’ de conhecimento” e um quase total esquecimento das noções de práxis e do papel do jornalismo na construção de uma sociedade emancipada. (SOUZA, 2015, p.2)

Neste trabalho, por outro lado, buscamos colocar o marxismo em evidência, entendendo que ele é o motor para pensar proposições emancipatórias ao jornalismo. Genro Filho diz que dos fatos jornalísticos deve brotar “naturalmente” uma interpretação e um sentido, com base, portanto, nos preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado “bom senso”, expressão individual da ideologia hegemônica.

De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou, simplesmente, como correia de transmissão dos "aparelhos ideológicos de Estado", mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas - tipicamente funcionalistas - em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como "crítica responsável" baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma "função social" voltada para "o aperfeiçoamento das instituições democráticas".

Genro Filho escreve que “o desenvolvimento capitalista integrou de maneira irreversível a humanidade, fazendo com que cada fenômeno singular esteja agora objetivamente mediado pelo todo” (1987, p. 133). O autor aponta ainda que o jornalismo é precisamente o conhecimento cristalizado no singular. Em suas palavras:

O jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo (GENRO FILHO, 1987, p.53-68).

Nesse sentido, para empreender a tarefa de reconstituição do singular na prática jornalística, Genro Filho defende a necessidade de um jornalismo descrito por ele como “informativo moderno”, com “outro caráter de classe, elaborado a partir de outros pressupostos ideológicos e teóricos, mas cuja missão principal não seja apenas a de propagandear tais pressupostos” (ibid).

Por sua vez, Guimarães (2015, p.16) defende que o “modelo informativo” de jornalismo é uma ferramenta indissociavelmente ideológica. O conceito de ideologia usado em sua interpretação é no sentido marxiano, que em Marx e Engels aparecem “como expressão das relações de dominação no nível das ideias”. Sobre este modelo de jornalismo, ela diz que ele responde a interesses e objetivos “representados pelos grandes conglomerados de mídia, e não pode ser ‘exportado’

para o jornalismo que vai além desses veículos e, menos ainda, para as experiências que pretendem se contrapor a eles” (GUIMARÃES, 2015, p.16). Ou seja, segundo a autora, não basta simplesmente trazer para um jornalismo alternativo, contra hegemônico, de esquerda, as técnicas ideologicamente burguesas do modelo informativo. Mais à frente explicaremos o porquê. Aqui vale pontuar também que estamos chamando genericamente de jornalismo alternativo aquele que se pretende ser um contraponto ao modelo hegemônico, embora saibamos que o termo geralmente é utilizado para caracterizar um tipo de jornalismo que existiu durante a ditadura militar de 1964 no Brasil, muitas vezes de forma clandestina. Não é este o caso aqui.

Um dos desafios no caso do jornalismo, em específico, e dos meios e modos de comunicação, em geral, é a rapidez com que se transforma, seja pelo impacto do salto tecnoprodutivo nas condições materiais de realizar o jornalismo, seja pelo tempo “regulado pela velocidade da produção”, como aspecto “essencial” da atividade jornalística (FRANCISCATO, 2003, p.47).

Franciscato (2003, p.307) afirma que o jornalismo vive um permanente risco de que o sentido de tempo que traz no seu discurso se descole do tempo do mundo e que ele “não apenas produz relatos sobre eventos, mas sua inserção social faz com que ele esteja imerso no processo de construção da experiência social do presente”. Neste sentido, Giannotti (2015) defende que “a rapidez e a amplidão do mundo da informação” vão transformar o mundo das comunicações.

Em Genro Filho (1987, p.135), encontramos que “em qualquer situação, a realidade jamais é percebida de modo direto, como algo natural, à margem das mediações histórico-sociais. Mas através do jornalismo temos a reprodução dos acontecimentos a partir da reconstituição fenomênica e singular, como algo que estivesse sendo imediatamente vivido”.

Guimarães, no entanto, vai dizer que apesar de certo em suas críticas ao jornalismo burguês, Genro Filho se confunde na aplicação dos conceitos que

caracterizam a apreensão dialética da realidade. Ela valoriza o esforço do autor em trazer a discussão do conhecimento produzido pela ciência, a partir da metodologia marxista, com vias de superação dialética, feito por Lukács na compreensão da arte, e agora por Genro Filho para reconhecimento da especificidade do jornalismo. No entanto, diz que o que o autor chama de singularidade é definido, por Lukács, a partir de Hegel e Marx, na verdade como “particular”. Vejamos uma breve explicação de tais conceitos:

Podemos dizer que o particular é o objeto, fato ou fenômeno concreto mais imediato, enquanto o singular é o conceito, a ideia que, embora se origine desse concreto, o antecede no caminho da investigação. O universal é, recuperando um vocabulário que se popularizou na discussão sobre dialética, a síntese desses dois momentos, ou seja, é o novo conceito que nasce da investigação, agora ‘recheado’ pelos particulares concretos — o que é o mesmo que dizer que o singular é o universal ‘vazio’ de particulares. Como superação dialética, o universal conserva algo do singular e do particular, mas vai além. (GUIMARÃES, 2015, p.276)

Para a autora (2015, p.283), Genro Filho coloca a particularidade “não como o fato/fenômeno que se antecipa abstratamente no singular e se desvenda concretamente no universal” mas como um meio do caminho entre fenômenos que aparecem mais autônomos do que interdependente.

Em vez de negação e superação, temos uma operação de agrupamento e pertencimento, quase matemática. Pela perspectiva dialética, o particular é, de fato, mediação entre o singular e o universal. Mas esse ente intermediário não é o mesmo que um ‘meio de caminho’ pensado de forma linear. Se a relação é dialética, não se trata, como nos alerta Lukács, de uma “amorfa e inarticulada faixa de ligação entre o universal e o singular” (2015, p.283).

A autora afirma que o jornalismo informativo apresenta um “particular absolutizado” que exerce um “papel apologético de naturalização da ordem burguesa”. Ela afirma também que o “universal abstrato” presente na ciência burguesa também aparece em práticas de jornalismo “alternativos” que impossibilitam o processo de apreensão da realidade, impedindo desta forma o desenvolvimento da consciência. A dimensão do singular, em Guimarães (2015, p.285), diferente de Genro Filho, não é o centro nem o ponto de partida do conhecimento apresentado pelo jornalismo. É na verdade o conceito que vai orientar a classificação das matérias em editorias,

que é “o mesmo que dizer que ele vai informar o ângulo de apuração/abordagem da notícia ainda no momento em que ela é apenas uma pauta” (GUIMARÃES, 2015, p.286).

Para trazer esta discussão ao campo prático da produção jornalística, abordaremos, com auxílio de uma análise comparativa, matérias jornalísticas dos veículos da cidade de Bauru, Jornal da Cidade (JC) e Jornal Dois (J2). O JC é o único jornal com versão impressa em circulação diária na cidade, e o J2 já produziu versões especiais impressas em formato de zines, mas a maior parte de sua produção é digital. De qualquer maneira, neste trabalho nos concentramos apenas nas versões digitais de ambos os veículos. Vale mencionar que a autora desta pesquisa atuou como jornalista no segundo veículo, o J2, e faz um esforço de se valer de uma consciência crítica com vistas a “combater o desalinhamento entre o pensamento e a prática, que estão sujeitos à consciência, ao reconhecimento, e à agência” entendendo que a partir da práxis revolucionária, conceito já explicado anteriormente, “é possível questionar, refletir e reconceituar a realidade, transformando-a, assim, tanto ao pensá-la de forma radical quanto por uma ação material que implica em fazer as coisas de forma diferente” (FERNANDES, 2016, não paginado).

A abordagem analítica que utilizamos se caracteriza por uma avaliação qualitativa do material que munirá posteriormente as discussões em capítulo oportuno. Como nos lembra Guimarães (2015, p.67), ao rejeitar a noção de objetividade/neutralidade que se atribui ao jornalismo informativo e à notícia, o mito do neutro e objetivo faz “parte essencial do processo de naturalização da realidade e das relações sociais”. Mais à frente abordaremos como a autora identifica esse processo na prática deste tipo de jornalismo defendido como universal.

Ao discutir o conteúdo do jornalismo, Genro Filho rejeita que a importância da informação jornalística esteja ligada “essencialmente” a “fenômenos de baixa probabilidade em geral”, e sim que esteja ligada “a eventos significativos (o que implica a qualidade) situados na faixa de indeterminação do processo social”. Mas

pondera que “um fato de probabilidade extremamente baixa, mesmo que não ocorra numa hierarquia relevante dos processos sociais, pode transformar-se em algo significativo”, afirmando que “a dialética entre qualidade e quantidade aparece, aqui, em sua riqueza e amplitude”.

A importância da informação jornalística parece estar ligada, essencialmente, não aos fenômenos de baixa probabilidade em geral, como quer a Teoria da Informação, mas a eventos significativos (o que implica a qualidade) situados na faixa de indeterminação do processo social. (...) De um modo geral são os acontecimentos previsíveis que fazem notícia, ou seja, os fenômenos que aparecem como possíveis, embora não possam ser determinados de antemão em sua forma e mesmo no seu conteúdo preciso. Porque são esses fatos que, normalmente, estão dentro de um contexto de significação histórica (GENRO FILHO, 1987, p.78).

Ou seja, Genro Filho pensa em um critério para definir um fato com valor, ou relevância, de notícia jornalística. Guimarães traz, por outro lado, que o “resultado concreto do jornalismo informativo” não se basearia na informação do “novo” a que, a autora lembra, “Genro Filho atribui diretamente ao caráter singular da notícia” (GUIMARÃES, 2015, p.64). Ela opina que “o tratamento padronizado do pouco que há realmente de novo esvazia seu potencial [da profissão] para além da enunciação do exótico” e afirma a existência de uma contradição intrínseca no jornalismo informativo

entre um tipo de conhecimento que precisa ser atual e, ao mesmo tempo, [que] se ancora na promessa do inusitado, o que significa administrar a informação cotidiana esperando (ou produzindo) a sua quebra, embora esse rompimento seja sempre factual, particular, segmentado e, portanto, expresse uma renovação que se limita a atualizar o velho (GUIMARÃES, 2015, p.114)

Guimarães aponta ainda a preocupação pelas consequências que “expectativa e valorização” do “novo” “inusitado” impactam a forma como “se lê e sente o mundo”, “considerando-se a abrangência da imprensa como aparelho privado de hegemonia”. Para ela,

a novidade no sentido do fato inusitado nega, por dentro, o caráter de conhecimento (sobre o atual) que o jornalismo pode — e deve — ter. O que significa que a falsa quebra do cotidiano — segmentada, parcial e efêmera (...) —, que é produzida ou esperada diariamente, esconde, nubla e mesmo impede que se conheça esse cotidiano socialmente compartilhado tanto naquilo que ele de fato traz de novo

inusitado quanto naquilo que ele tem de estruturante (GUIMARÃES, 2015, p.115).

E exemplifica que “se o jornalismo se limitasse a ser o conhecimento sobre o atual (no tempo), portanto sobre o cotidiano mais imediato”, a morte de crianças no Nordeste brasileiro, e podemos também citar os mais diversos exemplos que envolvam fome, desemprego, violência e outros,

seria notícia todos os dias nos jornais e, assim, a identificação de “tendências futuras”, que hoje se aceita como critério de importância para transformar um fato em notícia, talvez se apresentasse também na forma do que poderíamos chamar de ‘tendências permanentes’, ou seja, como uma lanterna que, jogando luz sobre os fatos insistentemente atuais (e repetitivos), iluminasse também as condições estruturais do modo de produção que rege o cotidiano social (GUIMARÃES, 2015, p.116).

Ela chama este jornalismo de “plenamente mercantilizado”. De tal forma, podemos pensar que o “atual”, exemplificado no parágrafo acima, não seria interessante ideologicamente nem lucrativo para se tornar uma mercadoria notícia.

A escolha do período analisado nesta pesquisa se justifica pelo fator “contraditório”, e poderíamos dizer que também “inusitado”, caso pensássemos a partir de uma perspectiva liberal, já que tal critério esconde o cotidiano cindido da sociedade cindida. O período remonta ao início da gestão da prefeita de Bauru, Suéllen Rosim (Patriota), em janeiro de 2021, quando a recém-eleita mandatária optou por não aderir às regras do plano de combate à pandemia do Estado de São Paulo. Na ocasião, a cidade estava classificada na fase vermelha pelo governo estadual, momento tido como o mais crítico da disseminação da doença até então. Mas a gestão municipal decidiu não seguir o plano e adotou flexibilizações não permitidas nas normas estaduais para a fase vigente. Em consequência disso, houve a exposição de Rosim na mídia nacional e uma série de eventos que consideramos pouco corriqueiros, mas que aqui os relacionamos com a agudização das contradições do capitalismo, ou seja, em momentos em que o sistema capitalista está em crise, conjuntura potencializada pela crise sanitária da pandemia do coronavírus. A manifestação pela abertura comercial promovida pelo empresário Luciano Hang, proprietário das lojas Havan, no início do mês seguinte, em um dos



picos da pandemia, que contou com a participação da chefe do Executivo, é um exemplo desses extremos.

Esta pesquisa também pretende ser estímulo a estudantes do jornalismo e estudiosos(as) da comunicação que seguem com o mesmo incômodo de pensar em um objeto central na disputa das ideias e na luta de classes. Para que as concepções radicais, revolucionárias e contra-hegemônicas ventilem nas engessadas ementas de aula de teorias da comunicação, possibilitando o estudo do jornalismo para além daquele supostamente universal e abstratamente “informativo”, ajudando a pensar proposições contra-hegemônicas, capazes de causar “danos efetivos contra o status quo” e abalar as estruturas ideológicas do jornalismo informativo.

É este o andamento do trabalho. No primeiro capítulo, a introdução em que buscamos justificar as escolhas feitas na pesquisa e a importância de sua realização, além de explicar e defender o ponto de vista marxista utilizado. No capítulo seguinte, na fundamentação teórica, vamos discutir os conceitos de Hegemonia, em Gramsci, de ideologia, e como eles se relacionam com o modelo que chamamos aqui de jornalismo informativo. Para fazer isso, nos valeremos de uma breve reconstituição histórica do surgimento do jornalismo. No capítulo três, faremos a comparação analítica de matérias selecionadas em dois veículos locais baseados em Bauru-SP, o Jornal da Cidade e o Jornal Dois. No capítulo quatro, buscaremos uma síntese do conhecimento apreendido para elaborar propostas aos problemas elencados ao longo da pesquisa, propostas as quais passam por pensar os conceitos de democratização e regulação da mídia, além de pensar o conceito de contra-hegemonia aplicada ao jornalismo, objetivando torná-lo um instrumento de emancipação humana.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No capítulo anterior discutimos brevemente o marxismo enquanto metodologia. Para iniciar este segundo capítulo, queremos reforçar a importância de se valer deste método no estudo e na produção do jornalismo. Como nos lembra Marx (1974 apud NETTO, 2011), “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação [aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. Em Netto (2011, p. 42) aparece que um “fenômeno é uma manifestação real da essência na realidade concreta, uma singularidade que está condicionada a determinantes universais dessa totalidade”. É esse o raciocínio que nos faz defender a importância da compreensão do marxismo por jornalistas. Porque se trata de uma metodologia que nos ajuda a apreender os fenômenos em sua totalidade. “A realidade jamais é percebida de modo direto, como algo natural, à margem das mediações histórico-sociais. Mas através do jornalismo temos a reprodução dos acontecimentos a partir da reconstituição fenomênica e singular, como algo que estivesse sendo imediatamente vivido”, nos indica Genro Filho (1987, p.135), em “O Segredo da Pirâmide”, de forma que já podemos concluir que nenhum dos dois veículos analisados no capítulo seguinte tem uma cobertura “desinteressada” ou neutra.

Antes de falarmos propriamente do conceito de hegemonia, chave para a compreensão da realidade na tradição marxista, vamos voltar a Marx e Engels, em “A Ideologia Alemã”, que explicam como as ideias em cada época histórica são as ideias da classe dominante, isto é,

a classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. *As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal (ideológica) das relações materiais dominantes, são as ideias de sua dominação* (MARX; ENGELS, 2007, p.47, grifos da autora).

Para contextualizarmos com mais profundidade essa discussão, vamos então falar de hegemonia. Antonio Gramsci nomeia de hegemonia a “prática que vise disputar

concepções de mundo e contribuir para um processo de construção de consciência” (GUIMARÃES, 2015, p.14), e que só se completa como ação prática. Conforme Moraes (2010, p.55),

A constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural. As formas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam de acordo com a natureza das forças que a exercem. Na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico que articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva. (MORAES, 2010, p. 55)

Em Giannotti (2014, p. 13), a hegemonia está ligada à ideia de toda uma visão de mundo, da política, da vida, que passa a ser dominante entre uma grande parcela da sociedade. Ter a hegemonia, segundo o autor, é dar a direção político-ideológica à sociedade. Gramsci concebe duas esferas na superestrutura da sociedade, sendo a primeira a sociedade política, “conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis” (MORAES, 2020, p.57). A segunda é a sociedade civil, com “instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc”. Juntas formam o Estado, a hegemonia burguesa.

A ideia de aparelho privado de hegemonia, por sua vez, na obra do marxista italiano, “designa uma diversidade de ‘iniciativas e atividades privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes’ (GRAMSCI, 2007, p. 284)” (GUIMARÃES, 2015, p.80). Como vimos acima, para Gramsci, a sociedade civil não está apartada do Estado mas o compõe junto à sociedade política. Os meios de comunicação de massa atuam fora do espaço dos aparelhos do Estado, como aparelhos ‘privados’ de hegemonia. É justamente na disputa da hegemonia, pela “construção de consciência” (GUIMARÃES, 2015, p.14) e no “esforço de transformação do sujeito”, que age o jornalismo comprometido com o

processo revolucionário de superação da sociedade capitalista. Trata-se de uma tarefa educacional executada em conjunto dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

No pensamento gramsciano, a revolução não é um processo mecanicista, mas envolve a autocapacitação orgânica do oprimido por meio do reconhecimento e da vontade de mudar (expressa em um desejo coletivo) feito junto com os representantes intelectuais orgânicos desse grupo. (FERNANDES, 2019, p. 60)

Essa atividade prático-crítica, que visa desembocar na negação da negação (FERNANDES, 2019, p. 55) do atual sistema, requer “investigação minuciosa do desenvolvimento do todo que se busca superar”. O mesmo vale para o jornalista preocupado com a “verdade dos fatos”. Como veremos mais à frente, é necessário que o “esclarecimento” proposto pelo jornalismo seja no sentido de contextualizar os fatos na totalidade, e não de forma dispersa e fragmentada. A breve reconstituição histórica das práticas jornalísticas, presentes em Filho e Guimarães, ajuda a iluminar a constituição do “universal” no jornalismo informativo. Não há espaço neste trabalho para desenvolver minuciosamente uma explanação detalhada que dê conta do desenvolvimento histórico do jornalismo, até porque esse processo se coloca com especificidades locais e temporais distintas e requer uma pesquisa inteira dedicada ao tema. Nos valeremos, no entanto, de uma síntese para entender o desenvolvimento de um jornalismo que se impõe como supostamente neutro e universal.

Guimarães (2015, p.28) lembra que “embora se identifique já desde o século XV a existência de boletins e outros tipos de informes, o jornal como instrumento do que se viria a reconhecer como imprensa, portanto como atividade da cena pública, costuma ser datado do século XVII”. Ao longo deste passeio histórico, sempre pautado pelas condições materiais de produção e reprodução da vida, observamos que o embrião da imprensa teve a função de organizar a circulação de notícias de interesse comercial. O que se reconhece nesta “pré-história” do jornalismo é a necessidade social de disseminar informações - inicialmente de cunho econômicas, atreladas ao incremento do comércio. Guimarães (2015, p.29) pontua que a

intensificação da troca de informações se desenvolve com a intensificação da troca de mercadorias. “Não por acaso, Veneza é considerada uma das ‘primeiras capitais da imprensa’” (Guillamet, 2004, p. 57 apud Guimarães, 2015, p.29). A autora fala que neste período a imprensa desempenhou um “papel fundamental” no “sistema de trocas pré-capitalistas”.

Se antes essa troca de informações funcionava basicamente como correspondências para comerciantes, interessados em saber sobre comércio internacional e o que estivesse relacionado ao assunto, depois, com a ampliação do público “alvo”, o produto das informações, a notícia, se torna ele próprio uma mercadoria, “embora ainda não nos moldes capitalistas (HABERMAS, 2003, p. 33)” (GUIMARÃES, 2015, p.30).

No século XVII, governos absolutistas usam desta nascente imprensa como um instrumento político-administrativo num esforço de centralizar e controlar as informações (GUIMARÃES, 2015, p.31). Guimarães defende ainda que “os mecanismos de censura prévia e controle posterior à publicação, que marcam a circulação de impressos – jornais mas também livros e folhetos — durante o Antigo Regime anunciam, de certa forma, o potencial político subversivo que esses instrumentos efetivamente realizariam no momento revolucionário”.

Fica evidente, neste momento, que a função dos jornais se desloca da circulação de mercadorias para ser um espaço de discussões. “Entre a segunda metade do século XVIII e a passagem para o século XIX (...) os jornais tornam-se mais claramente ‘porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária’ (HABERMAS, 2003, p. 214)” (GUIMARÃES, 2015, p.34). O jornalismo passa a se estruturar a partir da “estratégia ideológica de apresentar os interesses e valores particulares da burguesia como bandeiras universais”. O filho mais legítimo do casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo e os meios industriais de difundir informações, diz Genro Filho (1986, p.33), é o jornalismo. Nas palavras de Vito Giannotti (2014, p.12), “muitos pensavam que o jornal seria puramente um instrumento para informar. Nada

mais”. Ele lembra, no entanto, que o caso era justamente o contrário: “o jornal lido em círculos de interessados foi o grande instrumento de divulgação das ideias do liberalismo, base do capitalismo inglês e dos ideais da Revolução Francesa de 1789”. A imprensa passa, portanto, de imprensa de informação para a condição de imprensa de opinião, reconhecendo a mudança no caráter do jornalismo, agora abertamente político.

Essa primeira ‘imprensa de informação’ — que não pode ser confundida com o caráter informativo que o jornalismo adquire nos dias atuais —, portanto, chega até os anos 1700. De acordo com Habermas, é já no início desse século que as iniciativas jornalísticas passam a ser movidas mais por “impulsos” pedagógico e político do que propriamente pelo lucro direto da informação como mercadoria. Naquela que pode ser considerada sua ‘segunda fase’, a imprensa vai, aos poucos, se transformando de imprensa comercial numa ‘imprensa de opinião’, que se baseia não mais na publicação de pequenas notas e avisos, mas no que se reconhece como um ‘jornalismo literário’, com vistas ao esclarecimento mais do que à simples informação (GUIMARÃES, 2015, p.34).

Um terceiro momento do jornalismo se desenvolve como produto de um período pós-revolucionário, quando a burguesia se consolida enquanto poder hegemônico, estabelecendo-se, também, com um caráter conservador, não sendo mais uma classe revolucionária. Nesse momento, há um embate ideológico cada vez mais expressivo com a classe trabalhadora, que resulta no abafamento de jornais e ideias revolucionárias. Com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, a burguesia passa a deter o monopólio dos meios de comunicação, que não está mais restrito às mãos do poder absolutista.

Merece destaque no contexto dessa época o processo de urbanização que se intensifica e que, por sua vez, é parte constituinte daquilo que Gramsci identifica como o alargamento da sociedade civil nas ditas sociedades ocidentais — que, nesse momento, incluem, além da Europa, também os Estados Unidos. O autor italiano localiza essa mudança mais propriamente a partir de 1870, com a expansão colonial europeia, quando ganha definitivamente corpo a estratégia que ele chama de “hegemonia civil”. Nesse sentido, além dos instrumentos legais e coercitivos de que se dispõe nos aparelhos de Estado, o espaço da sociedade civil — externo a esses aparelhos embora componente do Estado em sentido lato — passa a ser privilegiado nas estratégias de dominação que precisam contar, cada vez mais, com a construção de um consenso que legitime o poder. E a imprensa, como o próprio Gramsci reconhece em toda a sua obra, tem desde já um importante papel nessa estratégia. (GUIMARÃES, 2015, p. 43)

Em resumo, na transição entre o momento em que a burguesia deixa de ser uma classe revolucionária e se estabelece enquanto poder hegemônico, ela passa a ter a necessidade de negar as contradições remanescentes do período anterior às revoluções liberais e as que nasciam, “já como resultado das mudanças recentes”. Giannotti (2014, p.12) descreve este processo da seguinte maneira: “O século XIX, século do capitalismo industrial, precisava se legitimar, ter o apoio da sociedade. Precisava do ‘consenso’, como Gramsci teorizará no século XX”.

O modelo que estamos chamando de jornalismo informativo se dissemina na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, ou industrial, no final do século XIX, “porque é nesse momento que se dão as bases materiais para que essa prática se consolide como a forma particular do jornalismo burguês” (GUIMARÃES, 2015, p.24). Uma consequência direta desse processo em que a burguesia se estabiliza no poder em países europeus e nos Estados Unidos, no que diz respeito ao nosso objeto de análise, é a diminuição do número de jornais “que antes vocalizavam os interesses em jogo” (GUIMARÃES, 2015, p.41).

Guimarães também lembra que Marx, ao se referir à ciência econômica neste momento, descreve o fenômeno como um processo de “decadência ideológica”, expressão nomeada posteriormente por Lukács, sendo um desdobramento da “decadência política” das forças burguesas, que agora se configuram como força de manutenção da ordem vigente. “A ideia de decadência ideológica, no entanto, parece dar conta de um momento específico de transformação da burguesia, antes revolucionária, que atinge outros espaços e práticas além da ciência, atuando, segundo nossa hipótese, também diretamente sobre o jornalismo, reconhecido como uma forma específica de conhecimento sobre a realidade.” (ibidem, p.28).

Neste momento, o jornalismo passou a ter papel central na difusão de valores burgueses, e mais: no convencimento de projetos da burguesia consolidada. Giannotti (2014, p.12) cita como exemplos a “legitimação da escravidão, a naturalização das guerras coloniais para a santíssima Europa poder viver em paz”,

sendo esta a “modernização apregoada”. “Isso era levar a ‘civilização’ europeia para o resto do mundo ‘não civilizado’. Foi graças a ele, ao jornal e à força dos exércitos que sempre iam junto com os jornais, que essas ideias e valores se tornaram dominantes. Ideias dominantes para garantir exércitos dominantes” (GIANNOTTI, 2014, p.12). Não por acaso, em pouco tempo os movimentos de trabalhadores, sindicatos e partidos políticos simpáticos à causa começaram a fazer seus próprios jornais, “para divulgar, difundir as ideias de sua classe e seu projeto de sociedade e de mundo” (GIANNOTTI, 2014, p.13).

Giannotti (2014, p. 13) pergunta “por que essa classe resolve fazer jornal?”, em seguida respondendo a partir de suas próprias conclusões: “para disputar sua visão de mundo com a burguesia que difundia a dela por vários meios”. E por que jornais?, prossegue, respondendo que o jornal “era o instrumento de convencimento que existia, na época, para disputar a hegemonia”.

Vale destacar que, no final da primeira metade do século XIX, Karl Marx, autor que lança as bases para o pensamento e método marxista adotados neste trabalho, passa a se dedicar ao jornalismo. Ele próprio afirma que ao tomar contato com a prática jornalística, nos anos 1842 e 1843, quando foi redator do jornal prussiano Gazeta Renana, que se viu pela primeira vez em “apuros” por ter que tomar parte na discussão sobre “os chamados interesses materiais” da sociedade (MARX, 1974, p. 134 apud PONTES, 2018). Denis de Moraes, pesquisador da obra marxiana e do jornalismo, vai dizer que “a ‘descoberta da política’ como dimensão necessária da vida social foi assim uma das consequências” da passagem de Marx pelo veículo, quando ele se dedica a “uma imprensa refratária à mercantilização da informação e orientada a ser um instrumento de esclarecimento, formação e ação política contra a dominação capitalista, ao mesmo tempo alinhada a causas democráticas, populares e socialistas” (2020) Foi também na Gazeta Renana que Marx “foi obrigado a enfrentar a realidade imediata da vida política e constatou que a sua formação acadêmica era insuficiente para dar conta dos conflitos que moviam a sociedade – constatação que o estimulou a realizar estudos históricos e políticos” (NETTO, 2012, p. 10 apud MORAES, 2020). Moraes (2020) lembra ainda que em sua trajetória no



jornalismo, “Marx concebia um jornal capaz de ‘fundir ideias rigorosamente científicas e uma doutrina concreta’, credenciando-se a incidir na luta revolucionária com as ‘armas da crítica’”.

Voltando ao mapeamento do desenvolvimento do jornalismo informativo, temos que nos Estados Unidos o nascimento dos primeiros jornais aconteceu entre o fim do século XVII e início do XVIII, quando o país era colônia inglesa. O jornalismo burguês que se vende como um desinteressado armazenador de notícias, ao lado de um espaço opinativo que se restringe a artigos e editoriais, se consolida no final do século XIX. Ele é parte de um processo “ao mesmo tempo de construção e resposta a um ‘público médio’, alvo de uma imprensa de massa que se fortalece com a hegemonia burguesa” (GUIMARÃES, 2015, p.48). O país norte-americano é responsável por criar uma das escolas de pensamento mais imponentes sobre jornalismo e comunicação, o que ajuda a fortalecer a ideia do jornalismo informativo como universal.

A consolidação e manutenção da hegemonia requer “uma direção ético-política eficiente”, não dependendo “somente da força material que o poder confere”. “Deve ser alcançada também através de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social”, afirma Moraes (2010, p.55). Aqui vale reforçar que o poder hegemônico será exercido sobre toda a sociedade, mesmo que ele entre em contradição com os interesses reais da classe que Marx e Engels (2010, p.40) chamam de oprimida.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante contraposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das duas classes em conflito.

Esse antagonismo, portanto, só pode existir com poder exercido pela hegemonia, que mascara os reais interesses da classe trabalhadora. Marx resume essa passagem em A Ideologia Alemã na seguinte frase: “As ideias da classe dominada são, em cada época, as ideias da classe dominante”.

Embora de forma resumida, fica claro que o jornalismo é uma das diversas ferramentas da hegemonia. Além disso, a consolidação do “jornalismo informativo” como consequência inevitável das técnicas mais apuradas de se fazer jornalismo também é uma naturalização do jornalismo de tipo burguês. Guimarães (2014) afirma que esse modelo é “travestido de prática profissional” naturalizada para além da “grande imprensa, sendo referência também para muitas práticas jornalísticas que se pretendem alternativas”. Sobre o jornalismo informativo, Guimarães (2015, p.67) diz que

a velocidade, casada a uma conveniente concepção de atualidade necessária ao jornalismo, além de justificar ocultações de toda ordem, facilita que os fenômenos (fatos, acontecimentos, relações) e as concepções de mundo particulares sejam apresentados, lidos e compreendidos como universais, tanto em relação ao conjunto maior da sociedade quanto no tempo, absolutizando um presente sem passado – e portanto sem futuro – como o marco do possível.

A especialização do trabalho jornalístico e do próprio jornal elimina a noção de totalidade, uma vez que fragmenta a realidade em “editorias”. Isso faz com que o jornalismo promova um “mecanismo invertido de explicação da realidade, em que facilmente a relação entre causa e consequência é desprovida de dialética e posta de ponta a cabeça” (GUIMARÃES, 2015). A inversão, a naturalização e o ocultamento são “elementos centrais da definição de ideologia como ferramenta de dominação” e que usaremos como categoria de análise da cobertura jornalística no próximo capítulo.

Reafirmando, a ideologia aqui pode ser entendida no sentido negativo ou burguês, e tem a função de “justificar um determinado estado de coisas e, de forma mais estrutural, legitimar a dominação de classe” (GUIMARÃES, 2015, p.76). Nesse sentido, os discursos ideológicos podem ser manipuladores, “mas o conceito e a prática da ideologia de forma alguma se reduzem a isso” (2015, p.75). As ações conscientes de manipulação de informação e imagens promovidas pela imprensa empresarial, reconhece Guimarães, são importantes exemplos, mas não explicam tudo. Que o fenômeno da ideologia não pode ser reduzido a um “simples processo

de manipulação ou desonestidade consciente”, algo apontado por Marx. E que a “inversão” no mundo das ideias, também exemplificado em Marx, “só pode encontrar eco” porque o “leitor ou telespectador do jornal (...) é esse homem do capitalismo que, submetido ao trabalho assalariado, alienado do produto do seu trabalho, foi, ele próprio, transformado em coisa”.

A ideologia é composta, então, por representações *invertidas, ocultadas, naturalizadas e abstratamente universalizadas* de um mundo cujas relações concretas estão, elas próprias, postas de ponta a cabeça, *veladas, vividas sem questionamentos e retiradas da sua perspectiva histórica* (GUIMARÃES, 2015, p.75).

Isso acontece, como lembra Giannotti (2014), por meio de instituições nacionais, internacionais, de filmes e jornais, de organizações filantrópicas, para reforçar a própria hegemonia. Na imprensa, o caráter ideológico aparece não apenas em seu conteúdo, mas também na forma, “no conjunto de princípios, técnicas e orientações éticas que conformaram o modo de se fazer jornalismo que se legitimou como prática social e profissional” (GUIMARÃES, 2015, p.11). Apesar de concordâncias e do reconhecimento em Guimarães da importância da obra de Genro Filho, com base nos esforços deste autor em explorar a perspectiva do jornalismo enquanto conhecimento cristalizado no singular, nos moldes do jornalismo informativo que é produto da sociedade burguesa, como o próprio Genro Filho reconhece, a despeito disso, a autora propõe que não basta elaborar a superação do jornalismo burguês por meio de estruturas que são inevitavelmente ideológicas. Ela afirma que não se trata de “mudar o sinal” ideológico de negativo para positivo, assumindo um conjunto de técnicas ‘profissionais’ que nada têm de neutras e que trazem “vícios ideológicos e mesmo manipuladores que só fazem sentido numa prática voltada para a dominação, como é a imprensa burguesa”.

Em outras palavras, “o caráter ideológico ou simplesmente conformista e reafirmador da ordem que, de modo geral, caracteriza o jornalismo informativo burguês não se deve ao seu necessário trato com a vida ordinária” (ibid), mas sim, por um lado, ao movimento de isolamento e descontextualização, o que não permite a identificação de um cotidiano dentro de uma totalidade. E por outro lado, às

estratégias que “buscam amenizar a negatividade da experiência mais geral do cotidiano capitalista, como é o caso, por exemplo, do uso de *fait divers*, notícias ou curiosidades ‘leves’, marcadas, em geral, pelo tom do entretenimento” (ibid).

O jornalismo, em sua especificidade, não lida, de fato, com a necessária busca da essência que caracteriza o conhecimento científico; acreditamos, no entanto, que, apesar de lidar com o imediato, por ser ele próprio uma primeira mediação, está autorizado a apontar ou sugerir — embora não a dar conta — a inserção dos fatos numa totalidade possível (GUIMARÃES, 2015, p.217).

O resultado dessa adesão a “técnicas” do jornalismo informativo em jornais de esquerda que se propõem alternativos ao jornalismo empresarial burguês, aponta Guimarães, desemboca em “ultrageneralizações” que descontextualizam conceitos, ignoram a História e a “dialética na interpretação dos fatos”, e acabam sendo uma prática tão “obscurantista” como as que são promovidas no jornalismo hegemônico.

Nesse sentido, ela defende a construção de um jornalismo contra-hegemônico, que pavimente os caminhos para uma imprensa contestadora, que seja ferramenta para desconstruir e lutar contra a ordem do capital. Em Giannotti (2014) encontramos uma defesa parecida. Ele diz que para realizar um trabalho de convencimento é necessária uma “forte atividade contra-hegemônica”, que tenha por objetivo “criar uma nova cultura” com novas “bases de comportamento”, para “conquistar milhões” em direção a uma nova “visão de mundo”. O autor diz ainda que é “essencial” a criação de jornais, programas de rádio e a publicação de livros. Mas ele lembra que, retomando Gramsci,

Ações desse tipo podem ser uma forma de pressão, um instrumento de educação da classe que quer destruir a velha hegemonia e construir uma nova(...) está claro que a hegemonia não é alcançada, e menos ainda consolidada, somente por meio da comunicação. Não há ilusões de que a comunicação sozinha garanta o convencimento, e em decorrência, o consenso e esse garanta a ação. É necessário consenso e força (2014, p.20).

Para Guimarães, o objetivo intrínseco ao trabalho de Genro Filho é encontrar a “essência” do jornalismo para “advogar a sua validade para além da sociedade capitalista, como uma aposta de futuro”. Esse processo de tentar provar que o

jornalismo terá lugar em uma sociedade sem classes “acaba resultando na relativização de uma necessária perspectiva histórica”. Ou seja, ao admitir o modelo de jornalismo informativo como resposta adequada a uma “nova forma de conhecimento social”, que deve ser dominado pela classe trabalhadora em busca da superação do sistema, ele ignora que o “jornalismo político”, a imprensa de opinião do século XIX, também trazia “informações atuais, centradas nos acontecimentos presentes e numa velocidade coerente com o contexto histórico em que ele se realizava”. Esse é um dos pontos de divergência entre os autores marxistas: para Guimarães (2015, p.63), a questão “não é a sobrevivência ou não do jornalismo numa possível sociedade futura, mas sim a identificação do que é próprio desse tipo específico de apreensão e descrição da realidade que pode ser usado, aqui e agora, como ferramenta das lutas pela emancipação humana”.

A autora (ibid, p.182) afirma reconhecer as características próprias de uma prática como o jornalismo “não pode ser confundido com a solidificação de uma suposta essência que lhe atribui objetivos éticos a despeito da sua identidade (e instrumentalização) de classe”. Ou seja, cabe reconhecer a importância do jornalismo burguês e informativo, que os veículos de comunicação hegemônicos produzem. Mas concluir tratar-se de um modelo que representa a essência do jornalismo, para ela, não se justifica sob um ponto de vista histórico. Diz a autora que “na base desses problemas, está o que nos parece ser a busca não por um jornalismo que se coloque contra a ordem, mas por uma ‘essência’ do jornalismo que comprove sua utilidade para além dos interesses burgueses”. (ibid, p.284)

Apesar disso, ela defende (ibid, p.182) que existem sim “brechas para atitudes progressistas e práticas que contribuam com o esclarecimento dos sujeitos no interior do sistema ideológico-empresarial da grande imprensa” as quais podem ajudar a “produzir mudanças e mesmo saltos importantes para os trabalhadores, tanto em relação à conquista de direitos no registro da democracia burguesa como em relação ao acúmulo de forças de forma mais estruturante”. Mas ela destaca que são brechas, não a essência nem o destino do jornalismo. “Por isso a necessidade

de se pensar uma prática que, desnaturalizando esse ‘ideal’ geral, ocupe espaços e aparelhos próprios à construção de uma contra-hegemonia”, conclui.

A autora afirma que o jornalismo ganha a forma de instrumento que serve a uma estratégia de classe, sendo uma prática que “se coloca a serviço não apenas da liberdade de imprensa ou das liberdades individuais liberais, mas da liberdade/emancipação humana” (GUIMARÃES, 2014, p. 15). Guimarães ainda argumenta que não se trata de salvar o jornalismo de sua “captura empresarial”, mas buscar um caminho de mudança que justifique sua existência nesta ou em outra sociedade. “Nossa questão é pensar como uma prática que existe hoje, numa sociedade concreta, marcada pelas relações burguesas, pode contribuir para as lutas que buscam a sua superação” (GUIMARÃES, 2015, p.216).

Em outras palavras: o jornalismo precisa necessariamente lidar com uma diversidade de referências práticas, que vêm do conjunto das experiências sociais, políticas, institucionais; não precisa, no entanto: 1) que isso signifique uma falsa pluralidade de olhares de interpretação da realidade que serve ideologicamente para negar qualquer perspectiva universalista; 2) que isso se apresente como fragmentação do real; e 3) que isso se cristalice como concepções de mundo que tentem dar um caráter universal à defesa de grupos ou classes específicas. (ibid, p.216)

Compreendidos melhor os conceitos de hegemonia, ideologia e o pressuposto de sociedade cindida em classes, de classes em luta, adotado neste trabalho, vamos abordar agora a questão do jornalismo local, já que a análise empreendida nesta pesquisa tem como base dois veículos caracterizados por suas coberturas locais, de um determinado município e região.

Optou-se neste trabalho por analisar dois veículos classificados por jornalismo local ou jornalismo regional (PERUZZO, 2005), ambos localizados na cidade de Bauru, interior de São Paulo. Antes de iniciarmos nossa análise propriamente dita, e posterior síntese, vamos explicar a questão do jornalismo local. Peruzzo aponta (2005, p. 75) que a mídia local se ancora na informação gerada dentro do território ao qual pertence e “de identidade em uma dada localidade ou região”.

O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc. Por vezes, se cerca de distorções, como as que têm origem em vínculos com interesses político-partidários e econômicos, mas, mesmo acarretando vieses de informação, acaba contribuindo na divulgação de temas locais". (ibid, p. 77 apud SOUZA, 2018, p.18)

Fernandes (2010, p.10) diz que é "longe dos importantes centros políticos, econômicos e populacionais, fora, portanto, do mercado das grandes notícias", "que está a essência dos jornais locais, promovendo, de algum modo, a interação da comunidade", nos pequenos centros urbanos. Para Peruzzo (2005, p.74), "o conceito de proximidade pode ser explorado a partir de diferentes perspectivas, mas, quando se trata de mídia local e regional, ele se refere aos laços originados pela familiaridade e pela singularidade de uma determinada região, que têm muito a ver com a questão do locus territorial".

Fernandes descreve (2010, p.15) que o determinante para jornais locais não é apenas a questão geográfica mas seus aspectos sociológico, psicológico, políticos, cultural e mercadológico. O próprio jornalismo local, no entanto, não é uniforme, afirma Peruzzo, porque, assim como qualquer veículo, depende da política editorial que orienta a produção jornalística de determinado meio. Peruzzo (2005,p.75) também destaca que alguns veículos têm inserção "hesitante" ou "semi-local" quando não se desvincula de sua "vocação" de cobrir temas que impactam a nível nacional.

A autora afirma que a "globalização", "universalização" ou "ocidentalização do mundo, como preferem alguns" impulsiona uma "revalorização do local, ao invés de debelá-lo, como se prognosticou num primeiro momento". A problemática que levantamos em relação a esta revalorização, que se percebe inclusive num aumento de pesquisas e especializações em jornalismo voltadas ao local, hiperlocal, regional, comunitário, etc., seria também uma forma de eliminar ou fragmentar a noção de totalidade, o que facilitaria o ocultamento e naturalização da ideologia burguesa, dando a realidade atual como algo imutável. Mas Peruzzo (2005, p.74) defende, no

entanto, “a realidade vai evidenciando que o local e o global fazem parte de um mesmo processo: condicionam-se e interferem um no outro, simultaneamente”.

Vale destacar que a caracterização aqui não é feita de modo a apontar a proximidade como critério de noticiabilidade que, como lembra Genro Filho (1987, p.31), são classificações que podem “ser trocadas umas pelas outras” e “o número de itens pode ser aumentado ou diminuído indefinidamente”. O objetivo é enfatizar o principal recorte do tipo de veículo jornalístico analisado na pesquisa, atrelando-o ao fenômeno de desertificação de notícias, sendo possivelmente por isso um terreno fértil para disputas contra-hegemônicas.

Deserto de notícias é um conceito que surgiu nos Estados Unidos em 2006 (Miranda, 2021, p.72) para descrever um fenômeno que ocorre em municípios onde não há a presença de veículos jornalísticos. Quando uma cidade possui um ou dois veículos que fazem a cobertura jornalística fala-se em semi-desertos. Miranda (2021, p.23) explica este cenário da seguinte maneira: “A crise acelera o enxugamento das redações de todos os veículos e diminui a capacidade informativa e a abrangência das coberturas jornalísticas aumentando o vazio informativo, que já aflige a maioria das populações brasileiras residentes em cidades pequenas e média”. No Brasil, quem faz o mapeamento de municípios considerados desertos noticiosos é o Atlas da Notícia, um projeto do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), mantenedor do Observatório da Imprensa, em parceria com Volt Data Lab. Na última edição, os pesquisadores mostraram que mais de 37 milhões de brasileiros correm o risco de passarem a viver em “desertos de notícias” (Miranda, 2021, p. 72), sendo estes sobretudo em cidades pequenas, com 11 mil habitantes ou menos - e principalmente do Norte e Nordeste. “No entanto, há oito cidades com mais de 100 mil habitantes na lista dos municípios sem nenhum meio de comunicação” (Miranda, 2021, p.72). A pesquisa também apontou que 49% dos municípios brasileiros têm ao menos um veículo jornalístico, o que representa 2.710 cidades e cerca de 177 milhões de pessoas - 85% da população. Os desertos de notícia abrangem 18% da população - e quase dois terços dos municípios. Os “quase desertos”, por sua vez, abrangem 34 milhões de habitantes e representam



30% das cidades onde há um ou dois veículos de comunicação e correm o risco de se tornarem desertos caso os jornais deixem de existir.

No entanto, segundo os dados levantados pelo Atlas da Notícia, houve um aumento no número de “pequenas iniciativas digitais” nos últimos anos, o que gerou uma queda no número de locais e populações impactadas pelos desertos de notícia. Para uma análise mais minuciosa da realidade da cobertura do jornalismo no Brasil - e mesmo no mundo - seria preciso ir além, pois mesmo em regiões em que há veículos jornalísticos, seja um ou uma dezena, há uma tendência no jornal local, como lembra Peruzzo, de se fazer um jornalismo informativo abstratamente universal que, além de tudo, conta com “poucos funcionários, alguns até despreparados” (SOUZA, 2018, p.18) e ou que apenas reproduza releases de assessorias de imprensa.

A exposição acima, além de ajudar a contextualizar e justificar a escolha pela análise de veículos locais que será feita em seguida, também quer propor uma reflexão acerca dos “vácuos” do jornalismo e de veículos de comunicação em diversos locais do país - mas também em outras partes do mundo - que podem abrir margem para a disputa contra-hegemônica a qual este trabalho se propõe a discutir, sem que esta disputa esteja isolada de questões de classe.

Miranda (2021, p.176) defende que o “jornalismo hiperlocal precisa instigar os moradores a participarem de maneira ativa das produções e distribuições de conteúdo informativo” e que “a proximidade com a população propicia a aplicação de uma técnica de cobertura e apuração informativa mais humanizada, que vai ao encontro à essência da profissão jornalística: servir à sociedade”. Embora o autor fale de um jornalismo informativo abstratamente universal cujas críticas já foram ponderadas nos tópicos anteriores deste trabalho, convém concordar que essa aproximação com a classe trabalhadora de um determinado município, pode ajudar a preencher a totalidade da disputa contra-hegemônica. Além disso, ele usa o termo “hiperlocal” para falar de um jornalismo dedicado prioritariamente às mídias digitais, com “pluralidade de fontes de notícias nas localidades”, revitalizador de um

jornalismo local em declínio. Neste trabalho, no entanto, não vamos focar em tais diferenciações. Nos interessa apenas a noção de um jornalismo que seja voltado a realidades de determinados municípios ou regiões. “Ao publicizar pautas sociais aparentemente miúdas e rotineiras, [o jornalismo hiperlocal] abre caminhos para interlocução com os setores públicos, sociais, e até com os setores privados estratégicos”, defende Miranda (2021, 177), sendo “nesse vácuo de participação popular e, também de pouca interlocução das instâncias públicas, que as iniciativas de jornalismo hiperlocal precisam atuar mais ativamente, e com precisão e constância”. O autor fala ainda que o jornalismo local, se bem realizado e autêntico, pode se tornar um agente de mobilização social, ao se tornar uma referência confiável e ativa.

Esta discussão não significa, no entanto, imbuir a locais particulares capacidades extraordinárias (FERNANDES, 2021, p.80), por compreender que desta maneira estaríamos ignorando o “tamanho da luta” ou desvalorizando que “políticas radicais em nível local ainda estão sujeitas a contrarreações e à renovação hegemônica nas escalas macro e global”. Mas, como aponta Peruzzo (2005, p.74)

o local evoca aquilo que se pode ver, tocar, aprender e, portanto, ser compreendido. Sem dúvida, é desde os espaços locais que se definem os contornos da vida diária, onde se constrói a personalidade social e onde se faz a aprendizagem social’ (LÓPEZ GARCÍA, 1999, p. 247)”.

A autora também retoma Milton Santos, que diz que o mundo “é nosso estranho” e que, se ele pode se esconder pela sua essência, ele “não pode fazê-lo pela sua existência que se dá nos lugares”. Não se trata, portanto, de criar uma pequena bolha (FERNANDES, 2021, p.81) exemplar mas frágil que traga esperança e inspiração para um jornalismo alternativo. Mas pensar o jornalismo contra-hegemônico em nível local - embora não somente -, pode ser uma iniciativa pedagógico, de imaginação radical e experimentação que sirva de exemplo para um jornalismo contra-hegemônico que se multiplique na disputa pela dissolução da ideologia burguesa, pela conscientização e emancipação da classe trabalhadora, atrelado a outras práticas de luta política. Um jornalismo que, não substituindo

outras práticas de luta política, tenha capacidade de mobilização e esclarecimento emancipatório - o qual consideramos aqui como sendo a “liberação da humanidade da alienação” (FERNANDES, 2019, p. 60).

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se apoia na metodologia do materialismo histórico-dialético, ou simplesmente o marxismo, como já citamos acima, com base em Netto (2011) e por meio sobretudo dos trabalhos de Adelmo Genro Filho (1986) e Cátia Guimarães (2015), que possibilita uma discussão teórica qualificada; vale-se ainda de uma análise comparativa para que possamos observar nosso objeto em movimento, em como ele se comporta na realidade, com o objetivo de sintetizar este conhecimento.

O método de pesquisa, em Marx, “não é um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada”, e nem tampouco é “um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade” (NETTO, 2011, p. 52). Como falamos na introdução deste trabalho, a teoria é o “movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador”, reproduzido e interpretado no “plano ideal” que é o pensamento (2011, p.21). O objeto da pesquisa tem “existência objetiva”, e não depende do pesquisador para existir (p.22). O método marxista de apreensão da realidade a partir da investigação e pesquisa propicia portanto o “conhecimento teórico”, que, “partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”. E o que significa alcançar esta essência? Significa capturar a estrutura e a dinâmica do objeto, “por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese”. O objeto de pesquisa tem, por sua vez, “uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador”. A explicação abaixo, fornecida por Netto para explicar a metodologia marxista, serve, em nossa opinião, tanto para a produção teórica científica quanto para a própria produção jornalística.

Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa (NETTO, 2011, p. 25).

O que justifica, inclusive, a escolha do marxismo enquanto método nesta pesquisa é o entendimento de que ele é o único capaz de fornecer um entendimento concreto da realidade porque "é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa" (LUKÁCS, 1974, p. 14 apud NETTO, 2011 p. 14).

Ao negar qualquer pretensão "neutralidade" no conhecimento teórico da pesquisa científica, e aqui podemos dizer que também em relação ao jornalismo, Netto (2011, p.23) diz que não existe uma relação de externalidade entre sujeito e objeto. Mas, ao contrário, o sujeito está implicado no objeto. É exatamente este o ponto que justifica a inexistência de uma suposta neutralidade. "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (Marx-Engels, 2007, p. 94, apud NETTO, 2011, p.31).

Foram selecionadas cinco notícias veiculadas pelo Jornal da Cidade, e três conteúdos divulgados pelo Jornal Dois. Mais a frente iremos caracterizar com mais detalhes o perfil de cada veículo escolhido e fazer breves comentários sobre matérias pertencentes a outra cobertura. Para encontrar materiais no site do JC, foram utilizadas as palavras-chave "Suéllen Plano São Paulo", "fase vermelha", "Suéllen fase vermelha". No caso do J2, a pesquisa foi feita de modo manual, por meio de redes sociais da mídia, entre os conteúdos divulgados na época do fato jornalístico aqui tratado.

A pandemia da covid-19 foi anunciada em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde. Era o momento em que a nova doença, descoberta no final de 2019 na cidade chinesa de Wuhan, causada pelo coronavírus SARs-Cov2, se consolidava em um quadro epidemiológico pandêmico. Em outras palavras: a doença chegava a todos os continentes.

No momento em que esta pesquisa é produzida, esse cenário não mudou radicalmente: a pandemia ainda é uma realidade, e se apresenta por meio da descoberta de novas variantes que se disseminam rapidamente entre os

continentes, a última delas, de amplo conhecimento público, sendo a ômicron. Aqui não iremos abordar a alavancada das campanhas de vacinação, a desigualdade na distribuição de imunizantes pelo mundo, o impacto que a covid-19 representou ao sistema capitalista, às relações econômicas e sociais. No entanto, é preciso ter este contexto em mente, pois é a partir da totalidade que se desenha a nossa análise. Nosso marco conjuntural é, portanto, a pandemia, porém em escala local, que no entanto se expressa perfeitamente na síntese entre o singular, o particular e o universal, ou seja, na maneira com que o mundo dentro do sistema capitalista lidou com a crise sanitária nos mais diferentes lugares. Nossos objetos de análise são matérias produzidas e veiculadas em dois veículos jornalísticos de Bauru no interior de São Paulo. Nosso marco temporal no jornalismo local é o início da gestão Suéllen Rosim (Patriota), prefeita de Bauru.

Para situar a cidade no ponto de vista da cobertura jornalística, realizada majoritariamente por veículos de comunicação ligados a grupos empresariais, faremos um resgate do cenário descrito em 2020, e que, passados dois anos, pouco se modificou.

Há mais de seis anos, apenas um jornal impresso circula pela região – o Jornal da Cidade. Na televisão, retransmissoras de redes nacionais, como a TV Tem (afiliada da Rede Globo), a Record Paulista e o SBT (com sede em Jaú), dividem o espaço com iniciativas menores, como a TV Prevê e a TVC – emissoras locais. Os meios de comunicação mais abrangentes em alcance, as rádios, estão presentes com emissoras comerciais e públicas. Destas, Rádio Unesp e Rádio Câmara apresentam programação jornalística e musical. Esse formato também é encontrado nas rádios comerciais 87FM, 96FM, 94FM, Top FM e Jovem Pan. Também existem iniciativas on-line que se propõem a fazer jornalismo, como o site de entretenimento Social Bauru, com matérias sobre eventos e entrevistas com personalidades bauruenses, e o G1 Bauru, portal de notícias da TV Tem com cobertura de Bauru e região em tempo real” (DOS SANTOS; MENDES; SANTIAGO; 2020, p.147).

Os autores apontam para uma “lacuna na cobertura noticiosa dos meios de comunicação tradicionais de Bauru, que expõe a insuficiência de conteúdos que dialoguem com a realidade do município”. Esse vácuo acaba sendo preenchido por “perfis em redes sociais que fazem a divulgação de notícias sobre a cidade, mas

sem o rigor da apuração jornalística”. (2020, p.147) E apesar de o texto acima ter sido escrito há dois anos, esta realidade pouco mudou.

Os períodos que escolhemos analisar remontam a dois momentos: em primeiro lugar, quando Bauru foi colocada na fase vermelha do Plano SP em 25 de janeiro, o anúncio tendo sido feito em 22 de janeiro de 2021, devido à taxa de ocupação de leitos de UTI para tratamento da covid-19, acima dos 80%. A cidade deveria, portanto, adotar medidas “mais restritivas”, permitindo apenas o funcionamento de atividades consideradas essenciais pelo plano estadual: Supermercados, farmácias, postos de combustíveis, padarias, lojas de conveniência, bancas de jornal, igrejas e academia. A quebra de expectativa se dá quando a prefeitura de Bauru desafia o governo de João Dória (PSDB) e flexibiliza medidas da fase vermelha, por meio de um decreto publicado em 24 de janeiro, que permitia, por exemplo, o funcionamento do comércio, com bares, shoppings e restaurantes abertos. Curiosamente, neste mesmo período, zoológico, Horto Florestal, Jardim Botânico e Bosque da Comunidade não puderam abrir. O segundo momento escolhido é no dia 12 de fevereiro, quando Bauru sedia uma manifestação protestando pela abertura do comércio e criticando o governo estadual de João Dória por promover algumas restrições sanitárias, no âmbito do Plano São Paulo, devido ao contexto pandêmico em que o estado se encontrava. O protesto foi encabeçado pelo empresário Luciano Hang e contou com a organização de entidades patronais como o Sindicato dos Comerciantes (Sincomércio), a Associação Comercial e Industrial de Bauru (Acib), a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), entre outras.

O embate entre os entes culmina em uma notificação do Tribunal de Justiça de São Paulo que concedeu liminar em ação da Procuradoria-Geral do Estado para derrubar o trecho do decreto anterior que permitia o relaxamento das regras da fase vermelha. E então no dia 29 a prefeitura se vê obrigada a publicar novo decreto em conformidade com as regras do Plano SP. É esse o contexto que iremos analisar com base em matérias publicadas por dois veículos jornalísticos locais: o Jornal da Cidade, caracterizado por ser uma mídia privada, de maior alcance na cidade, ao menos se observarmos o número de seguidores em suas redes sociais: são mais de

220 mil pessoas no Facebook e 85 mil no Instagram. É o único que tem publicação impressa de grande circulação, embora iremos nos deter a analisar sua versão digital. Não encontramos os princípios editoriais do periódico em seu site, nem na página inicial, nem no buscador de conteúdos. A única mensagem em que o jornal expressa os objetivos aos quais se propõe aparece na seção de assinaturas: “trabalhamos com a finalidade de levar a você o que de mais importante acontece no mundo e à sua volta, avaliar os fatos, formar opinião e tomar decisões no seu dia a dia”.

O jornal, que é uma empresa, e, portanto, tem fins lucrativos e proprietário(s), é fragmentado em 11 editorias, como “economia”, “polícia”, “política”, além de cobrir notícias regionais, nacionais e internacionais. Apresenta ainda seção de “opinião”, que abriga textos de “articulistas” e “colunistas”, serviços, classificados e podcasts.

O segundo veículo de comunicação escolhido é o Jornal Dois, uma “rede de jornalismo independente sem fins lucrativos composta por jornalistas, designers e produtores audiovisuais”. Diferentemente do primeiro veículo, o J2 é explícito em seu posicionamento. Ele “pretende apresentar a informação de um jeito diferente: o da mídia radical”, diz os princípios editoriais no site<sup>1</sup>. “Radical, que procura chegar à raiz dos problemas. Acreditamos que a diversidade de informação é fundamental para um jornalismo mais justo e democrático”.

O jornal ainda diz que os tão proclamados princípios de isenção, imparcialidade e neutralidade no jornalismo não existem. Tais ideias “estão no campo da moral e não se aplicam quando nos deparamos com uma realidade desigual e complexa”. Para organizar seus conteúdos, as editorias utilizadas são Praça Pública, Direito à Cidade, Resistência, Rolê e Arquibancada.

É, portanto, um veículo que trará um contraponto para a nossa análise. Em um primeiro momento, portanto, nos dedicamos a selecionar o material que serve de base na investigação. Em segundo lugar, definimos as categorias que devem guiar

---

<sup>1</sup> “Princípios editoriais”. Disponível em: <http://jornaldois.com.br/editorial/>. Acesso em janeiro de 2022.



a exploração e interpretação dos dados obtidos de forma qualitativa: são elas as fontes ouvidas, ou seja, a citação direta ou indireta de atores envolvidos no fato informado; a ocultação, quando não há um contraponto de um fato informado, o que pode propiciar a naturalização, quando se busca naturalizar algo que pode extrapolar as normas estabelecidas como corretas pelo estado burguês. No caso do Jornal Dois, iremos também utilizar as categorias de desocultação e desnaturalização se for esse o caso observado.

Nesta primeira etapa da pesquisa foram constatadas importantes diferenças qualitativas e quantitativas entre as duas coberturas. O primeiro é o jornal de maior circulação na cidade, tem patrocinadores privados, com veiculação de notícias, reportagens e reprodução de notas de assessoria de comunicação. O segundo é uma rede de jornalismo independente, que conta com uma campanha de financiamento coletivo, com conteúdos que se dividem entre notícias e reportagens em texto, coberturas fotojornalísticas e produção de videorreportagens.

No Jornal da Cidade, são três matérias sobre o primeiro momento escolhido e descrito acima que selecionamos para analisar mais atentamente. A primeira delas foi publicada no dia 23 de janeiro com o título “Fase vermelha: Suéllen fecha parques e estuda novo decreto com adequações”<sup>2</sup>. Além da genericidade da manchete, que não deixa claro o contexto destas adequações no que diz respeito à fase vermelha, e que se repete no início do texto, não há em momento algum o questionamento, ou o contraponto, sobre se essas “adequações” seriam permitidas, ou até mesmo necessárias do ponto de vista de que a saúde da população deveria prevalecer em um cenário de crise sanitária. Vale destacar que o Supremo Tribunal Federal reconheceu em abril de 2020 a competência concorrente entre os entes federativos, que significa Estados, municípios, Distrito Federal e União tem poder de legislar sobre a pandemia. No entanto, há um entendimento de que os decretos mais restritivos prevalecem, independente de sua instância federativa.

---

<sup>2</sup> Fase vermelha: Suéllen fecha parques e estuda novo decreto com adequações. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/politica/2021/01/747673-fase-vermelha--suellen-fecha-parques-e-estuda-novo-decreto-com-adequacoes.html>. Acesso em dezembro de 2021.

Mais pra frente, o texto informa que a prefeita e as divisões de enfrentamento à covid do município iriam se reunir para formular o que seria “possível ‘adequar’ em relação ao Plano São Paulo”. A ausência de um contraponto, e portanto, o que chamamos aqui de ocultação, acaba naturalizando a ação da prefeita de querer manter o comércio aberto em detrimento de uma pandemia que se avolumava, atingindo seu auge de letalidade em algumas semanas. Mais para frente iremos discutir ainda se apenas a existência de um contraponto é suficiente para “amenizar” a carga ideológica que carrega o jornal burguês, e que se replica no jornal que se pretende “alternativo”.

Podemos afirmar que trata-se de um processo de “isolamento do fato e fragmentação do mundo” (GUIMARÃES, 2015, p.267) da forma notícia baseada no modelo do jornalismo informativo.

A publicação tem como fonte direta a prefeita, citando a mandatária que diz: “nós temos riscos de demissões represadas, inclusive”. Ao trazer essa fala, mesmo que seja da maior representante do poder Executivo municipal, a notícia acaba naturalizando a justificativa de que é preciso manter o comércio aberto para combater supostos riscos em detrimento do que diz as evidências científicas sobre a pandemia.

A notícia aponta então que uma das saídas da prefeitura para conter a crise é ativar 10 leitos de UTI emergenciais e cita a prefeita dizendo que tem “batalhado por mais leitos” desde quando assumiu. Aqui novamente aparece a ocultação. Não há um contraponto para a ideia que tenta propagandear Rosim, de que o problema seria, portanto, a falta de leitos, e não a contaminação do vírus em si, portanto se oculta um ponto de vista que é respaldado por evidências científicas.

“Mesmo tendo intensificado a fiscalização e voltado com a busca ativa, a prefeitura sabe que terá grande dificuldade para fazer com que haja cumprimento da medida e

para evitar excessos da população”. Intensificado em relação a que? Como esse dado se comprova? Naturalização de uma informação sem prova jornalística.

Por fim, o texto cita novamente a prefeita dizendo que “fechar a cidade pode significar aglomerações também, porque as pessoas podem acabar passando em um mercado, por exemplo, e se reunindo com mais gente em casa”. Aqui novamente se naturaliza uma informação que não há coerência. O fato de as pessoas continuarem indo ao mercado, e eventualmente se reunindo com “gente em casa”, aconteceria o comércio estando ou não aberto. Ao discutir o lead como “elemento orientador da informação”, Guimarães (2015, p.267) afirma que a pergunta (quem? o quê? quando? onde?) “recorta a realidade pela perspectiva fragmentária, individual e ‘particularista’”. Nos parece que é este o caso aqui, embora não exatamente no início da notícia, e portanto no lead, ao “entregar” uma opinião da prefeita em detrimento do conhecido respaldo científico para a questão do isolamento social em meio a uma pandemia de coronavírus.

Uma última questão que vale destacar é que o texto diz que Suéllen contou que conversou com prefeitos da região, que estariam com a “mesma aflição” em relação às adequações ao plano. Mais uma vez aparece a naturalização, já que a opinião dos prefeitos para respaldar o combate à pandemia em Bauru é irrelevante. Muito mais coerente seria a contextualização do ponto de vista cientificamente epidemiológico. O tratamento da feição ‘particular’ dos fenômenos como uma dimensão individual, nos informa Guimarães, é parte constitutiva da concepção de organização da notícia no modelo informativo. E que isso aparece em todas as etapas da produção jornalística: pauta, apuração, redação, diagramação e titulação.

Quando o Jornal da Cidade noticia a publicação de um novo decreto pela prefeitura, que não seguiria as regras estabelecidas para a fase vermelha em que se encontrava a cidade naquele momento pelo Plano SP, o faz com o seguinte título:

“Novo decreto mantém comércio, restaurantes e bares abertos”<sup>3</sup>. Aqui há a evidente ocultação do contexto em que o documento foi publicado, e consequente naturalização do fato de manter o comércio aberto durante a fase vermelha. Por exemplo, no Jornal Dois, a mesma notícia foi publicada da seguinte maneira: “Suéllen mantém aberta atividades não essenciais na fase mais restritiva da pandemia”<sup>4</sup>, deixando evidente a “particularidade” da informação, ou seja, o fenômeno concreto, desocultando e desnaturalizando o cenário, que não se trata de apenas mais um decreto publicado. A nota do J2 destaca ainda que as atividades não essenciais não estão permitidas naquele momento, ou seja, aparece aqui a desocultação. Mais para frente veremos se esta “disputa de versões” é o suficiente para desvelar a ideologia burguesa do enfrentamento à pandemia, no caso específico analisado, e se é eficiente em promover uma contra-hegemonia do jornalismo.

No dia 27, vale comentar, o JC publicou uma notícia intitulada “Promotor apoia decreto da prefeita”<sup>5</sup>. O título traz a naturalização ao trazer destaque para a opinião de um promotor. A princípio, não é possível saber quem é, a não ser que se reconheça pela foto que ilustra a matéria, não se sabe se a pessoa em questão tem alguma *expertise* relacionada à questão epidemiológica. Mas é um “promotor”, cuja profissão é socialmente respeitada. E por isso sua opinião também deve o ser, a ponto de ganhar um texto só para explicá-la. No final da matéria, o intertítulo “Outro lado” traz uma outra versão dos fatos, a da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional.

No dia 29 de janeiro, depois de ser notificada pelo TJ-SP, a prefeitura de Bauru volta atrás e estabelece, na teoria, e por meio de decreto, as regras da fase vermelha para a cidade. O JC noticia: “Novo decreto é publicado e Bauru entra na fase

---

<sup>3</sup> “Novo decreto mantém comércio, restaurantes e bares abertos”. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2021/01/747882-novo-decreto-mantem-comercio--restaurante-s-e-bares-abertos.html>

<sup>4</sup> “Suéllen mantém aberta atividades não essenciais na fase mais restritiva da pandemia”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CKcx6QSsHmW/>.

<sup>5</sup> “Promotor apoia decreto da prefeita”. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2021/01/748085-promotor-apoia-decisao-da-prefeita-em-adequar-a-fase-vermelha-a-bauru.html>.

vermelha do Plano SP”<sup>6</sup>. Antes de mais nada vale destacar um erro conceitual no título da matéria, já que a cidade não havia deixado a fase vermelha, até porque essa decisão é de responsabilidade do Estado de São Paulo.

O J2, por outro lado, informa que “por mandado judicial, Bauru passa a seguir as regras da fase vermelha”<sup>7</sup>, destacando, ou desocultando, que a cidade só iria obedecer ao plano estadual devido ao embate jurídico com o município. O texto traz citações da prefeita que dizia estar de mãos atadas e “sendo obrigada a fechar o comércio”. Além disso, traz fala do desembargador Fernando Antonio Ferreira Rodrigues e do procurador geral de São Paulo, Mario Sarrubbo, que diz que os municípios “não têm autorização para ignorar diretrizes de proteção à saúde estabelecidas pelo Estado”.

Vale destacar que na semana entre os dias 19 e 25 de janeiro, Bauru apresentava o terceiro maior registro de novos casos da pandemia até aquele momento, com mais 1.197 pessoas contaminadas. As mortes também haviam dobrado em relação à semana anterior com 16 falecimentos pela covid-19. A taxa de ocupação dos leitos UTI era de 100%. Duas semanas mais tarde, a semana entre o dia 9 e 15 de fevereiro registrou o segundo maior número de mortos até aquele momento.

Embora se coloque “contraponto às formas como as desigualdades e opressões são veiculadas na mídia tradicional” com a “proposta de ampliar o debate em Bauru” por meio da “mídia radical”, “que procura chegar à raiz dos problemas”, nos parece que o J2 ainda se limita em alguns momentos, como nas matérias analisadas acima, “a apenas ‘mudar o sinal’ de positivo e negativo, assumindo não só um conjunto de técnicas ‘profissionais’ que nada têm de neutras” (GUIMARÃES, 2015, p.20). O que não limita, entretanto, a qualidade do trabalho em sua totalidade, como modelo e referência para pensar um novo jornalismo.

---

<sup>6</sup> “Novo decreto é publicado e Bauru entra na fase vermelha do Plano SP”. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2021/01/748381-prefeitura-de-bauru-e-notificada-a-cumprir-fase-vermelha-e-servicos-nao-essenciais-serao-fechados.html>

<sup>7</sup> “Por mandado judicial, Bauru passa a seguir as regras da fase vermelha”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CKpn94HDPwf/>

No que diz respeito ao lead, defendido “em função das facilidades que, como um ‘guia’, ele traz ao trabalho do jornalista”, e também utilizado pelo J2, Guimarães (2015, p.269) aponta que em aparência esta é uma afirmação verdadeira, mas ela precisa ser contextualizada já que aparece em tempos de um trabalho mecanizado, utilizado por empresas que tem como objetivo serem altamente lucrativas e realizado por jornalistas produzem a notícia sob a forma da mercadoria por sua vez vendida “a um outro indivíduo que o consome de forma igualmente isolada [como aquele que produz]. A autora avalia:

É muito funcional que o necessário individualismo da ordem do capital se expresse como valor também para o profissional que, submetido a uma intensa rotina de trabalho e premido pela urgência de um jornalismo de novidades, precisa acreditar no potencial que ele, individualmente, tem de contribuir para um mundo melhor, desvendando crimes, denunciando roubos ou divulgando descobertas científicas, por meio dos pequenos esforços cotidianos ou da ‘grande notícia’ que ele um dia encontrará. (2015, p.269).

Não se trata aqui de descredibilizar o trabalho realizado pelo J2, muito pelo contrário, tendo em vista que a própria autora desta pesquisa dedicou quase dois anos de trabalho praticamente voluntário para contribuir com a construção deste jornalismo local à esquerda, com perspectiva contra-hegemônica. Trata-se, no entanto, de entender o contexto em que as próprias iniciativas chamadas aqui genericamente de “alternativas” estão inseridas, em um mundo dialeticamente contraditório. E aprofundar o entendimento destas contradições em via de superá-las, fornecendo subsídios teóricos para esta missão. Nas palavras de Guimarães (2015, p.269): “nada a estranhar: essa é a forma de existência sob o capitalismo. Tudo a subverter: essa é a condição para uma efetiva contra-hegemonia. Mas como?”. Embora a resposta ainda pareça estar se desenhando, uma das certezas que nos motivam a seguir pesquisando nosso objetivo é a seguinte constatação:

Quando a imprensa de esquerda aceita implicitamente este conceito de notícia e de sua organização, e quando esse aval se traduz, por exemplo, para nos concentrarmos no aspecto formal, em se recorrer ao mesmo esquema de apresentação e supostamente de recepção da mensagem, aceita que a burguesia dite as normas de transmissão da mensagem e em certo sentido fixe a dinâmica da

informação. (MATTELART 1973, p. 54 apud GUIMARÃES, 2015, p.270)

No caso do Jornal Dois percebemos que há de fato o esforço de contextualizar o fenômeno/fato/particularidade dentro de uma totalidade/universalidade, ainda que se valendo de técnicas supostamente objetivas do jornalismo informativo, por meio da seguinte justificativa: que a objetividade é “a precisão e o rigor na apuração e na descrição dos fatos, buscando explorar a ambiguidade dos acontecimentos na vida das pessoas” (2020, p.143). No âmbito da pandemia, citamos alguns exemplos de reportagens nesse sentido, embora sem nos determos a eles de forma analítica: 10 cidades mais afetadas pela covid no interior de SP são governadas por bolsonaristas<sup>8</sup>, Prefeitura e planos de saúde adotam medicamentos ineficazes contra covid-19 em Bauru<sup>9</sup>, Bauru pode ter mais mortes por covid-19 do que o número oficial<sup>10</sup>, Fome: a pandemia que compete com Covid-19 na população de rua<sup>11</sup>, Bauru na UTI: por que o sistema de saúde está em colapso<sup>12</sup>. Embora haja portanto um evidente esforço de contextualização do fenômeno, não há uma preocupação de desvelar a ideologia burguesa presente nesta totalidade, inclusive nas estratégias utilizadas por governos no enfrentamento do combate à pandemia. A isso atribuímos uma presunção e crença excessivas na questão da “objetividade”.

Guimarães afirma que trocar um modelo de jornalismo por outro seria ignorar “a riqueza própria de cada fato da realidade concreta que deva ser traduzido em informação jornalística, e que deve ser reconhecido na sua historicidade”. Ela defende ainda que uma das funções do jornalismo que vise à contra-hegemonia

---

<sup>8</sup> “10 cidades mais afetadas pela covid no interior de SP são governadas por bolsonaristas”.

Disponível em:

<http://jornaldois.com.br/10-cidades-mais-afetadas-pela-covid-no-interior-de-sp-sao-governadas-por-bolsonaristas/>

<sup>9</sup> “Prefeitura e planos de saúde adotam medicamentos ineficazes contra covid-19 em Bauru”.

Disponível em:

<http://jornaldois.com.br/prefeitura-e-planos-de-saude-adotam-medicamentos-ineficazes-contr-a-covid-19-em-bauru/>

<sup>10</sup> “Bauru pode ter mais mortes por covid-19 do que o número oficial”. Disponível em:

<http://jornaldois.com.br/bauru-pode-ter-mais-mortes-por-covid-19-do-que-o-numero-oficial/>

<sup>11</sup> “Fome: a pandemia que compete com Covid-19 na população de rua”. Disponível em:

<http://jornaldois.com.br/coronavirus-nas-ruas/>

<sup>12</sup> “Bauru na UTI: por que o sistema de saúde está em colapso”. Disponível em:

<http://jornaldois.com.br/bauru-na-uti-sistema-colapso/>

deve ser contribuir para a “superação do sujeito indivíduo — que está preso à consciência imediata reificada — na direção do grupo e da classe”, sendo o sujeito o leitor, ouvinte, telespectador da imprensa que se está construindo. Esse esforço, diz a autora, precisa encontrar correspondência na concepção e na forma de organização das informações que ganham espaço neste jornal. É o que iremos exemplificar no próximo parágrafo a partir do trabalho do J2.

Negando a falsa ideia da neutralidade, o J2 critica as “notícias dos grandes jornais, TVs e rádios” que “prezam por interesses econômicos” acima da “responsabilidade com o público”. Tendo sido fundado por ex-estudantes da Unesp de Bauru, o objetivo do jornal, segundo o veículo, é “discutir não apenas os fatos, mas as consequências que eles podem ter na vida das pessoas”, reunindo “sujeitos desfocados da mídia tradicional para que se tornem agentes de um conteúdo descentralizado e plural”. As próprias editorias do jornal trazem uma proposta diferente, não reduzindo de forma cartesiana os assuntos tratados nas matérias:

Praça Pública (para os assuntos gerais de natureza local), Resistência (para a publicização de assuntos coordenados por grupos e movimentos sociais), Direito à cidade (são apontados e discutidos assuntos relacionados ao cotidiano de Bauru com base em documentos oficiais), Rolê (diretamente associada à cultura), Arquibancada (associado a esportes) e Colunas (espaço destinado para a publicação de textos de articulistas com destaque para que “as posições e argumentos expressas neste espaço não necessariamente refletem o ponto de vista do JORNAL DOIS”) (MIRANDA, 2021, p.167).

O elogio a escolha da organização das informações de uma forma mais ampla, que pode inclusive comportar a noção da particularidade dentro do universal, como parece ser o caso nas escolhas feitas pelo Jornal Dois na disposição das editorias, aparece em Guimarães da seguinte maneira: “num jornalismo que se construa como contra-hegemônico deve buscar coerência em outras cadeias de valores que não aqueles que sustentam a ordem burguesa”. A autora aponta ainda que as editoriais na “funcionalidade que prestam à imprensa burguesa” são “formas de articular o singular com o particular sem facilitar o avanço ou a superação para o universal, ainda que temporário, da notícia”. E que subverter tal modelo significa que num jornalismo pretensamente contra-hegemônico, “um ponto de partida (singular) mais



amplo pode produzir relações que indiquem o caminho de alguma mínima totalização (universal) de sentido sobre o fato” (2015, p.286). É exatamente o que se observa nas categorias estabelecidas pelo J2.

Em artigo, os autores, que são três dentre os oito fundadores do J2, explicam que se valem de uma “objetividade” que seriam “fenômenos enquanto manifestação indeterminada de significado”. Eles também explicam que, no veículo, a apreensão de tais fenômenos “vem do seu relacionamento e enquadramento com a totalidade, no sentido marxista, da compreensão do complexo econômico, social e político em que está situado” e, com base em Genro Filho, dizem que tal totalidade “se abre em possibilidades, cuja concretização depende dos sujeitos” (1987, p. 49 apud DOS SANTOS; MENDES; SANTIAGO; 2020, p.144).

A perspectiva marxista adotada pelo veículo tem por base portanto a obra de Genro Filho e tem divergências com as hipóteses de contra-hegemonia no jornalismo encontradas em Guimarães quando diz que “a proposta do jornal se concentra em aprofundar e qualificar o debate público e diversificar os discursos que alimentam a informação jornalística”. Por outro lado, encontra eco nas proposições da autora quando estabelece que a produção do veículo tem o objetivo de contextualizar e analisar os fenômenos, mesmo que eles já tenham sido reportados pela mídia empresarial. Já o factual, tido como mercadoria-notícia em Guimarães, e rejeitada por ela enquanto maneira de se fazer o jornalismo contra-hegemônico, no J2 ele aparece em temas que o veículo se propõe a debruçar, como movimentos sociais, manifestações e reintegrações de posse.

O objetivo do jornal é “ir a fundo na análise e compreensão dos fenômenos sociais, explorando os nexos causais objetivos entre as estruturas e as pessoas dentro de determinado enquadramento histórico”. Os autores dizem que a “própria carência de recursos materiais e humanos do Jornal Dois, além do maior tempo necessário para produzir conteúdo, fazem com que o foco não seja o fato em si, mas seus desdobramentos e implicações” para “aprofundar e qualificar o debate público e diversificar os discursos que alimentam a informação jornalística”.

Ainda assim, a experiência do Jornal Dois mostra que mesmo com a carência material, é possível empreender um jornalismo com perspectiva contra-hegemônica e com criatividade, que pode ser um aliado fundamental nesse processo de disputa, mas que requer para isso uma dedicação militante. São fundamentalmente dois os formatos de conteúdo para a produção de uma pauta:

se o conteúdo for a cobertura de um evento, uma atividade cultural ou esportiva, ou o dia a dia do bauruense, a linguagem escolhida é a audiovisual; se a matéria demandar ampla contextualização, análise de bases de dados, de cenário político e do ineditismo do fato, o formato é o texto. Para as reportagens escritas é necessário explorar as relações nacionais e locais do assunto. (DOS SANTOS; MENDES; SANTIAGO; 2020, p.146).

A opção por vídeo não é por acaso. Apesar de os conteúdos apresentarem “limitações para aprofundar os debates e explorar as questões estruturais da sociedade, se aproxima de uma representação fiel da vida das pessoas” e por outro lado proporciona maior alcance nas redes sociais, lembram os autores, destacando os dados apresentados pelo YouTube em 2018, que apontou que o Brasil aumentou o consumo de vídeos na internet em 135% entre 2014 e 2018 (2020, p.146). Além disso, “grupos que nunca antes apareceram em canais de televisão e vídeos na internet”, ou seja, a classe trabalhadora muitas vezes “esnobada” das pautas do jornalismo empresarial, “é significativo para as pessoas, que se veem como sujeitos das ações”, dizem os autores, e aqui podemos colocar em outras palavras: que essa brecha progressista pode ajudar a elevação da consciência e reconhecimento de trabalhadores enquanto classe.

Ainda na questão das possibilidades materiais em iniciativas do tipo, Miranda (2021, p.72) defende, ao falar do veículo acima, que “os recursos tecnológicos hoje disponíveis têm potencial para agilizar o estabelecimento de um novo fluxo informativo local que respeite a verdade factual, fomente o espírito crítico e contribua para o crescimento intelectual, como acreditam os próprios repórteres responsáveis pelo portal”. Apesar disso, o jornal, ao se propor independente, depende de uma campanha de financiamento coletivo que, ao não atingir os gastos

mínimos necessários para a manutenção da equipe de repórteres, deve contar com o compromisso, que muitas vezes se dá na ordem do "sacrifício". Ao discutir a disputa da hegemonia da sociedade, Gramsci (2007, p. 48, apud GUIMARÃES, 2015, p.221) fala que se pressupõe que o grupo dirigente faça “sacrifícios de ordem econômico-corporativa”. Ao se propor a realização de um jornalismo contra-hegemônico, o jornalista deve estar ciente de que se trata, portanto, praticamente de um compromisso militante sempre orientado pelo horizonte de “desvelar a ideologia”, denunciando “particularidades para promover o verdadeiro interesse geral” (GUIMARÃES, 2015, p.271). O jornalismo, no entanto, não deve abrir mão de ser atrativo e efetivo, “mas sem fazer concessões a disfarces ou ocultamentos de qualquer natureza”.

É preciso reforçar aqui que o jornalismo encarado como empresarial, informativo, hegemônico, burguês é o produzido pelo Jornal da Cidade, ao passo que seu alternativo, como experiência de jornalismo contra-hegemônico, seria o Jornal Dois. O primeiro, atendendo a interesses particulares, da classe burguesa, respondendo às expectativas de seus proprietários consegue se sustentar por meio de patrocinadores, os quais por sua vez podem interferir na linha editorial do jornal e do tipo de conteúdo veiculado, e também por meio de mecanismos de assinatura, em que o próprio leitor paga para receber sua edição impressa ou para acessar conteúdos pagos de forma online. Aqui não cabe discutir a suposta “crise do jornalismo” e o futuro ou não dos meios de comunicação jornalísticos. Fato é que eles existem, e é com esta realidade que estamos lidando. O próprio surgimento do JC, em 1967, não nos deixa mentir sobre a falta de uma suposta imparcialidade que exerceria este jornalismo: “Tudo começou quando Alcides Franciscato, jovem engenheiro e empresário de transportes em ascensão, foi convidado e incentivado a dar sua contribuição à cidade, como homem público, sendo lançado candidato a prefeito de Bauru”<sup>13</sup>, diz matéria do jornal.

---

<sup>13</sup> “Aos 50 anos, JC comemora história com foco no presente e futuro do jornalismo”. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2017/08/504931-aos-50-anos--jc-comemora-historia-com-foco-no-presente-e-futuro-do-jornalismo.html>

Franciscato foi prefeito de Bauru de 1969 a 1973, e deputado federal em três legislaturas, tendo pertencido ao partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), sigla que dava sustentação à ditadura militar. Vale mencionar que o golpe de 1964 foi chamado de revolução pelo veículo, em matéria de 2017. O empresário também é proprietário das empresas Grupo Cidade, que controla o impresso Jornal da Cidade, sua versão digital, o JCNet, além da rádio 96 FM, e do Grupo Expresso de Prata, uma empresa do ramo de transporte e locação de veículos, como a transportadora Prata Express e a Prata Rent a Car.

Apenas um exemplo da evidente relação entre o empresariado de Bauru com o grupo proprietário do JC é o evento “Natal da Esperança” realizado em parceria com Unimed, Grupo Mandaliti, GCKON Participações LTDA., além de entidades que representam o empresariado, como a Acib, CDL, Sincomércio e SinHoRes. No que diz respeito à pandemia, tais grupos encabeçaram movimentos pela abertura do comércio, mesmo nos momentos em que a ciência indicava a necessidade de isolamento social. Um jornal com íntimas relações, e muitas vezes dependente financeiramente, de uma classe de empresários, um jornal cuja família é ela própria representante de interesses desta classe, seria neutra ou desinteressada diante dos “fatos jornalísticos”?

Vejamos aqui mais uma cobertura para exemplificar esta questão: em 12 de fevereiro de 2021, a cidade registrou um ato pela abertura do comércio que contou com a presença de Luciano Hang, além de outras figuras públicas como Major Olímpio, então senador pelo Partido Social Liberal, morto por covid-19 no mês seguinte, em 18 de março, e a deputada estadual Valéria Bolsonaro, a época sem partido e atualmente filiada ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, além da própria prefeita Suéllen Rosim. O protesto, que chegou a fechar a rodovia Rondon por cerca de 25 minutos, também teve como mote uma crítica ao governo estadual de João Dória por este promover algumas restrições sanitárias, no âmbito do Plano São Paulo, devido ao contexto pandêmico em que o estado se encontrava, além de reivindicar a abertura do Hospital das Clínicas (HC) na cidade, surfando na mobilização estudantil iniciada pelos estudantes da Universidade de São Paulo, cujo

primeiro ato público havia sido realizado meses antes, em 28 de novembro de 2020. O HC, cujo prédio teve as obras finalizadas em 2012, só foi inaugurado em 1º julho de 2020 para servir como hospital de campanha para o tratamento de pacientes com coronavírus. O governador Dória, em visita a cidade em outubro de 2020, havia prometido que o prédio não voltaria a fechar depois de sua utilização no combate à pandemia. Mas pouco tempo depois, a fundação responsável por administrar o local, Famesp, anunciou que os contratos com os funcionários vinculados à unidade seriam encerrados, já que a pandemia parecia arrefecer. Esse é o contexto que levou os estudantes a se mobilizarem em torno do lema “O HC não pode morrer”<sup>14</sup>. Nada tem a ver, portanto, com a defesa da reabertura comercial, em um cenário em que era necessário realizar isolamento. Muito menos se relaciona com a justificativa de que com o aumento de leitos de UTI na cidade, não há problema se a população se contaminar e ficar doente, desde que o comércio não pare.

Esse movimento do dia 12 de fevereiro foi, portanto, encabeçado pelo próprio Hang, e contou com a organização de entidades patronais da cidade, como o Sincomércio, a Acib, a CDL, entre outras. As mesmas que como vimos acima tem alguma forma de relação cooperativa com o JC. Na ocasião, o jornal publicou três notícias sobre o tema em dois dias diferentes. A primeira, ainda no dia 12, foi intitulada de “Protesto pela abertura do comércio e instalação do HC faz passeata até Rondon”<sup>15</sup> e assinado pela jornalista Larissa Bastos. Além de ser um registro supostamente objetivo do fenômeno, descrevendo de maneira breve o desenrolar dos acontecimentos daquele dia, propiciando, como vimos acima nas nossas categorias de análise, a naturalização do fato, conta com uma única fonte declaratória, apenas “um lado”, sendo este o do presidente do Sincomércio, Wallace Sampaio, que manifesta “indignação” com o governo estadual. Na mesma direção meramente descritiva do fenômeno, que contribui para a naturalização da ocorrência, a matéria

---

<sup>14</sup> Conferir “‘Bauru não pode esperar mais 4 anos’, diz porta-voz do movimento contra o fechamento do Hospital das Clínicas de Bauru”. Disponível em:

<http://jornaldois.com.br/bauru-nao-pode-esperar-mais-4-anos/>

<sup>15</sup> “Protesto pela abertura do comércio e instalação do HC faz passeata até Rondon”. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2021/02/749629-ato-pede-comercio-aberto-e-mais-leitos.html>.

“Com passeata por rodovia, ato pede leitos no HC e abertura do comércio”<sup>16</sup> assinada por Vinicius Lousada, apenas amplia o fato já descrito anteriormente por Bastos de forma quantitativa, ouvindo mais fontes, embora todas do mesmo lado. São elas o presidente do Sincomércio, novamente, de forma indireta, o presidente da Acib, Reinaldo Cafeo, com citação direta, a prefeita Rosim, também com citação direta, o Hang, com citação indireta, Major Olímpio, com citação direta e, por fim, Valéria Bolsonaro, de forma indireta. O terceiro registro, intitulado de “Ato de Bauru visa inspirar mais locais”<sup>17</sup> e assinado por Cinthia Milanez, deixa ainda mais evidente o processo de naturalização do fenômeno, uma vez que em sua enunciação, mesmo do ponto de vista das técnicas abstratamente universais do jornalismo informativo, traz uma afirmação: a de que o “ato”, em abstrato, sem sua especificação que responderia a pergunta “qual?” do lead, tem objetivo de “inspirar” outras cidades além de Bauru. Ao lermos a matéria, entendemos que se trata da opinião de Luciano Hang, uma das duas fontes ouvidas na matéria. Ao trazer essa informação no título, sem indicar de quem é essa declaração, a jornalista assume essa questão como uma certeza, como se partilhasse deste ponto de vista. A notícia além de naturalizar a mobilização de Hang em prol da abertura do comércio, e consequentemente ocultar a contextualização mais geral deste fato, junto de problematizações com respaldo na ciência, ouve apenas o empresário dono da Havan e o presidente do Sincomércio, Wallace Sampaio, sendo que ambos representam a classe empresarial.

O J2, além de cobrir por meio de vídeos ao vivo, e fotos, assim como fez o JC - e podemos afirmar que o primeiro o fez com qualidade técnica superior, com melhores enquadramentos de fotografias e registro de imagem em movimento, mesmo se tratando de um jornalismo independente, mas não caberia esta análise nesta pesquisa - publicou a matéria “Bauru recebe Luciano Hang, Major Olímpio e Valéria

---

<sup>16</sup> “Com passeata por rodovia, ato pede leitos no HC e abertura do comércio”. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2021/02/749785-com-passeata-por-rodovia--ato-pede-leitos-no-hc-e-abertura-do-comercio.html>

<sup>17</sup> “Ato de Bauru visa inspirar mais locais”. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2021/02/749711-ato-de-bauru-visa-inspirar-mais-locais.html>

Bolsonaro em ato pelo comércio”<sup>18</sup>. A matéria traz como particularidade do fenômeno a presença de figuras públicas da cidade para uma manifestação. Ainda assim, no que diz respeito ao conteúdo, pouco difere do jornalismo empresarial em relação à universalidade do fato. Embora haja no quarto parágrafo uma breve contextualização da cidade do ponto de vista normativo das regras da pandemia naquele momento, não identificamos tentativas de desocultação da ideologia que está por trás da mobilização empresarial na cidade, por exemplo. Vale-se portanto das mesmas técnicas impregnadas de ideologia, como vimos anteriormente, do jornalismo informativo, que naturaliza a ordem capitalista - mesmo que a ou o jornalista não o reproduza de maneira consciente, como sabemos que é o caso neste exemplo.

Tendo em vista a análise feita até aqui e a discussão empreendida a partir dela, podemos elaborar algumas considerações em vista de pensar a superação dialética do modelo informativo de jornalismo que nos possibilite a construção de uma ferramenta emancipatória. Entendemos que seja importante colocar lado a lado o jornalismo hegemônico representado pelo Jornal da Cidade e o jornalismo alternativo representado pelo Jornal Dois porque deixa evidente as críticas apontadas por Guimarães sobre o modelo informativo utilizado nos dois casos, embora em sinais trocados de ideologia. Mas também porque mostra a importância do esforço em pensar e produzir um jornalismo que vise superar o modelo “tradicional” informativo.

Para pensar um “novo jornalismo”, a autora (2015, p.271) diz que é preciso promover “novas unidades informacionais” as quais devem escapar da fragmentação da forma notícia empregada pelo jornalismo informativo e do modo de organização definido pelo lead e pelo modelo da pirâmide invertida “que traz essa fragmentação da realidade para dentro de cada narrativa específica”.

---

<sup>18</sup> “Bauru recebe Luciano Hang, Major Olímpio e Valéria Bolsonaro em ato pelo comércio”. Disponível em: <http://jornaldois.com.br/bauru-recebe-luciano-hang-major-olimpio-e-valeria-bolsonaro-em-ato-pelo-comercio/>

A matéria-prima desta nova “unidade informacional” deve ser portanto aquilo que ajude o leitor a:

1) reconhecer a existência de outras formas concretas de manifestação do ser social, para além do indivíduo; 2) encontrar nessas formas respostas igualmente concretas e práticas para as suas necessidades cotidianas, percebendo a incidência (quantitativa) e a coerência (qualitativa) dessas demandas que, fora da ilusão gerada pela imprensa burguesa, ultrapassam em muito a dimensão individual e; 3) se inserir nos espaços de organização que permitem o encontro e a expressão dessas outras faces que compõem a sua própria existência. (GUIMARÃES, 2015, p. 272)

Guimarães (2015, p.272) sinaliza no entanto que antes de empreender a construção do conteúdo de uma nova unidade informacional é preciso desconstruir o que se entende como critério da notícia no jornalismo informativo, ressignificando aquilo que de concreto há nos critérios “importância” e “interesse”, fazendo com que se perca o caráter ideológico de um suposto interesse geral. Desse modo, diz a autora, será possível vislumbrar pautas que “construam novos interesses”.



#### 4 DISCUSSÃO E PROPOSIÇÕES

Uma vez que discutimos alguns dos conceitos centrais para pensar o jornalismo defendido nesta pesquisa, e buscamos comprovar nossas hipóteses por meio de uma análise comparativa no capítulo anterior, seguimos para buscar proposições ao nosso problema de pesquisa. Para isso, é necessário discutirmos brevemente os conceitos de democratização e regularização da mídia, apontados como soluções para o campo da comunicação, já que parte do problema é a concentração midiática e os oligopólios de mídia. O que significa no entanto “democratizar” a mídia? Será que apenas lutar pela conquista de uma nova legislação que garanta o direito a uma informação “plural” é o suficiente para resolver nosso problema?

A definição de regulação aqui utilizada é de que “a regulação é uma intervenção coercitiva pelo governo por meio do estabelecimento de regras e sanções que – ao menos aparente – o objetivo é corrigir falhas observadas em uma determinada indústria” (Boehm, 2007: 2 apud Zerucha;Silva, 2015, p. 216). Vejamos: Giannotti diz que para realizar tal discussão sobre democratizar a mídia seria preciso pressupor a ideia de que a mídia neutra existe na sociedade, que a mídia é “uma entidade que paira no ar” acima das classes. No entanto, não é este o caso. “Essas ideias generalizadas não levam em conta a premissa fundamental de que a mídia tem dono” (2014, p. 37). E, lembra o autor, a última palavra é do dono ou donos, que por sua vez pertence a uma classe e têm interesses de classe a defender. Para ele, o tema central na discussão sobre democratização da mídia é que deve haver uma legislação que garanta financiamento público, legal, declarado à “pluralidade” de meios de informação. Em Lima (2010, p. 109, apud GUIMARÃES, 2015, p.270) encontramos que “o cerceamento da liberdade de expressão individual e o financiamento da mídia alternativa são questões gêmeas”. Segundo o autor, elas dizem respeito à “pluralidade” e à “diversidade de informações e opiniões que circulam na sociedade”, ou seja, “dizem respeito a princípios básicos da democracia representativa”.

Apesar de a luta pela garantia de recursos de financiamento da “mídia alternativa” ser algo legítimo e necessário, como diz Guimarães (2015, p.270), ela esconde a naturalização de um modelo de sociedade, de comunicação e de jornalismo, mais especificamente, que se sustenta sobre o isolamento da forma indivíduo e da sua falsa e abstrata ‘autonomia’. O próprio Lima deixa isso evidente ao tratar de uma “democracia representativa”, ou seja, burguesa.

Domigues e Zaverucha (2015, p.219) ao discutirem os conceitos de teoria da regulação aplicado às políticas de comunicação, levantam uma outra problemática: que a própria regulação, a depender de como a política pública responsável é feita, pode gerar mais concentração ou monopólio de um determinado setor, e aqui falando da mídia em específico. Os autores complementam que, no Brasil, inúmeras pesquisas confirmam a hipótese de que o processo de definição de políticas setoriais de regulação da comunicação não seria guiado por princípios de interesse público, sugerindo que os objetivos que guiam tais políticas são: “1. preservar interesses empresariais consolidados; e 2. impedir a entrada de novos atores no cenário” (2015, p.223). Segundo eles, este quadro seria reflexo de uma “cooperação – velada ou não – entre governos, parlamentares e empresariado do setor” (2015, p. 223).

Neste sentido, e retomando o conceito gramsciano de aparelhos privados de hegemonia citado em nossa revisão teórica, temos que “no seu papel de Estado fora da estrutura estatal, os aparelhos privados de hegemonia podem disputar, negociar e constranger inclusive os governos” (GUIMARÃES, 2015, p.229). No caso da imprensa,

é exatamente por ocupar o espaço da sociedade civil para desempenhar o papel de dominação que é próprio do Estado que a imprensa burguesa pode não só prescindir como negar qualquer atuação regular direta dos governos — aparelhos de Estado, integrantes da sociedade política — no campo da informação ou da liberdade de expressão (ibidem).

Moraes (2009) expressa a questão da seguinte maneira: que a mídia não quer se submeter a “freios de contenção”, alegando que exerce uma função social específica, a de informar a coletividade, e, desse modo, se põe fora do alcance das

leis e da regulação estatal. Diz o autor ainda que “a opinião pública é induzida ao convencimento de que só tem relevância aquilo que os meios divulgam” e lembra que o próprio Gramsci “situa a imprensa (o principal meio de comunicação de sua época) como ‘a parte mais dinâmica’ da superestrutura ideológica das classes dominantes”, sendo uma organização voltada para “manter, defender e desenvolver” o suporte ideológico do bloco hegemônico. Guimarães por sua vez afirma que a legitimação do jornalismo informativo pretensamente neutro, técnico e universal, por instituições caracterizadas aos moldes gramscianos dos aparelhos privados de hegemonia substituem a censura estatal que, diz ela, “em outros tempos, foi ferramenta de controle da agitação e da formação que podem se dar a partir da imprensa”.

Embora não caiba aqui pormenorizar a questão da liberdade de expressão ou liberdade de imprensa, e como esses conceitos se diferenciam ou se misturam, vale dizer, a partir do debate empreendido por Serrano sobre o tema, que a liberdade de imprensa, que deveria garantir que pessoas se organizassem para criar meios de comunicação sem que os conteúdos fossem controlados ou censurados pelo Estado, se vê diante de um problema: “num sistema de economia de mercado como o atual, em que os meios de comunicação requerem grandes investimentos e um alto grau de industrialização, esse direito só pode ser desfrutado por um determinado setor social poder midiático” (SERRANO, 2013, não paginado).

O autor afirma não hesitar em assumir que a mídia pode ser, inclusive, considerada mais poderosa que os outros “três [poderes]” - legislativo, executivo e judiciário - que aqui chamamos de sociedade política, uma das esferas da hegemonia. “Basta observar a agressividade de sua reação [da imprensa] contra as políticas progressistas na América Latina”, acrescenta. Ele concebe a mídia como um quarto poder, mas como estamos tratando da questão a partir de termos gramscianos, para nós trata-se de um aparelho privado de hegemonia. Diz Serrano:

É claro que esses meios de comunicação apoiarão todos os políticos que propuserem mais poder para o mercado e menos para os cidadãos. Os jornais, os canais de televisão e as rádios, com seus colunistas, seus editoriais, suas reportagens por encomenda e suas

informações manipuladas, lançar-se-ão como hienas contra qualquer um que ousar atentar contra os privilégios do mercado, pois foram criados para defendê-lo. E o mais grave: chamarão isso de liberdade de imprensa. (ibidem)

Além disso, a liberdade de expressão, segundo o autor, que pressupõe a presença de pluralidade de vozes nos meios de comunicação, com destaque para vozes críticas, não é formalmente proibida na maioria dos países do mundo. No entanto, são os próprios meios que têm o poder de abrir espaço para tais vozes e, de tal forma, “a mídia não exerce o direito à liberdade de expressão, mas o direito à censura, na medida em que decide o que nós, cidadãos, vamos conhecer e o que não”, conclui Serrano (ibidem), defendendo que em uma “democracia de verdade”, o indivíduo deve ter o direito de informar e ser informado assegurado.

Sobre este tema, Giannotti recupera o caso da Venezuela, quando em abril de 2002, o então presidente Hugo Chávez sofreu um tentativa de golpe de Estado por meio de um golpe midiático “orquestrado, coordenado, desejado, planejado e executado pela mídia burguesa venezuelana e por seus donos com suas poderosas máquinas de TVs, rádios e jornais, com ajuda ideológica do imperialismo americano, ao seu dispor” (2014, p. 41). Um breve parênteses: esta situação, que resultou na retirada do mandatário do poder por dois dias, foi registrada no documentário irlandês “A Revolução Não Será Televisionada”, de Kim Bartley e Donnacha Ó Briain, que, ao retratar o acontecimento, promove uma importante discussão acerca da mídia.

Giannotti afirma que depois disso Chávez “aprendeu a lição”, o que culminou nos anos seguintes na criação de mais de 400 rádios comunitárias, em Caracas, além de TVs comunitárias. “Mas não só com rádios e TVs comunitárias se garante uma disputa contra-hegemônica, numa sociedade totalmente midiaticizada. Precisava de algo mais”, diz ele. E é assim que surge a emissora estatal venezuelana TeleSur, alternativa “ao poder das TVs que, associadas ao imperialismo estadunidense e à burguesia nativa, tentaram derrubá-lo em 2002”. Com isso, ele sugere que é preciso conceber, forçar, insistir e mobilizar pela democratização da mídia, mas “sem ilusões”, ou seja, sem reduzir as soluções para a comunicação e o jornalismo a isto. Mais importante, diz o autor, é preciso “fazer a nossa mídia”.

No mesmo sentido, Guimarães defende que a questão está portanto em como não permitir que a desconcentração dos meios faça apenas reproduzir e reafirmar o cotidiano da sociedade capitalista. “Como a luta por uma regulação que se dá no contexto da sociedade burguesa pode apontar para práticas que, em vez de multiplicarem e diversificarem os focos de reprodução dessa sociedade, busquem o caminho da sua superação?”, indaga a autora. Para ela, não se trata simplesmente de garantir o acesso à uma pluralidade de visões, versões, fontes, etc., pois isso acaba por individualizar a ação e esvaziar a noção de luta de classes (2014, não paginado). Essa tese, explica, acaba por ignorar que as pessoas não pensam por si “não apenas por falta de informação correta, mas porque estão inseridas numa realidade que é, ela própria, invertida e estranhada, sobre a qual age um complexo mecanismo ideológico”. A autora ainda exemplifica dizendo que, do contrário, bastaria a classe trabalhadora entrar em contato com a informação correta que “o mundo se revelaria” e as e os trabalhadores estariam prontos para a ação. Para respaldar esta questão, ela cita Netto, estudioso do método de Marx e da obra marxiana, que diz que “o conhecimento rigoroso, profundo, da essência, da estrutura íntima dos fenômenos, não pode se limitar a essa experiência cotidiana” já que isso, de tal forma, conheceríamos apenas a “aparência dos fenômenos”, cujo conhecimento é importante porque é ponto de partida. Mas que o conhecimento “veraz”, verdadeiro, busca o encontro com a essência, a estrutura íntima e o movimento do fenômeno (NETTO, 2011, p. 335 apud GUIMARÃES, 2015, p. 209).

Além disso, a questão ideológica na comunicação, como inversão do real, não está apenas no conteúdo veiculado mas no próprio modo de se fazer notícia (GUIMARÃES, 2015, p.181).

Acreditamos que o que se reconhece hoje como jornalismo, com sua forma de priorização, apuração e narrativa sobre a realidade, é, ela própria, uma prática construída ideologicamente, que tem data e local de nascimento e, principalmente, uma identidade de classe: burguesa. A história da imprensa, no Brasil e no mundo, mostra que o jornalismo não foi sempre assim — informativo em contraposição ao opinativo, por exemplo — e que sua caracterização nos moldes atuais tem coerência histórica com o processo de desenvolvimento do capitalismo (GUIMARÃES, 2014, não paginado).

A autora também diz que as “ditas” liberdades individuais, estão “limitadas pelas ferramentas ideológicas em curso” e que “praticamente deixaram de existir para a maior parte dos sujeitos isolados do capitalismo”. A autora defende ainda que

Se o cotidiano, como experiência imediata, e o senso comum, como conhecimento e visão de mundo que o sustentam, não podem ser frequentemente retirados do isolamento que os descontextualiza e afasta da perspectiva da totalidade, isso se dá porque essas são manifestações da realidade vivida. Ninguém pode, espontaneamente, por puro ato de vontade, parar o seu cotidiano, editar a sua concepção de mundo e buscar referências que lhes permitam um salto de qualidade teórica. (2015, p 273)

No entanto, no jornalismo, o jornal não é a vida vivida e tampouco “pode pretender ser o ‘reflexo’ da realidade alienada que ele busca superar” (2015, p.273). Pensando em práticas contra-hegemônicas temos que

O jornalismo só faz sentido como caminho de contestação e superação da ordem se puder aproveitar as determinações que lhe são próprias para ‘organizar’, de outra forma, por outra perspectiva, o cotidiano e o senso comum em que as classes estão imersas na sociedade capitalista. (2015, p.274)

Retomando a discussão sobre o modelo do jornalismo informativo, é nele que está o esforço de “esvaziar todos os tipos de conhecimento de qualquer perspectiva assumidamente política, de separar o saber (ou o estar informado) sobre o mundo de qualquer ação transformadora da realidade” (2015, p.317). A autora aponta ainda que a democratização por que se luta, por meio de uma nova regulamentação capaz de desconcentrar a mídia, encontra-se, em geral, mais fortemente no registro liberal do que num caminho anticapitalista. De novo, o próprio Venício Lima, autor de referência no tema, assume isso: “Refiro-me, apenas, ao debate interno às premissas liberais” (Lima, 2010, p. 22 apud GUIMARÃES, 2014, não paginado).

Isso não significa que a solução ao problema do jornalismo não passe também pela regulamentação/democratização da mídia. Apenas alerta que

concentração da luta na regulação dos meios muitas vezes carrega uma expectativa de que, uma vez controlados os grandes meios e desconcentrado o poder de fornecer informação, será enfim possível a esse conjunto plural de veículos e iniciativas desempenhar a

missão (de 'esclarecimento') da mídia, que estava obstaculizada por algo como a ganância dos empresários na defesa dos seus próprios interesses (GUIMARÃES, 2015, p.183).

Para buscar um jornalismo que sirva de ferramenta de construção histórica de uma alternativa à ordem do capital, que trate das estratégias de enfraquecimento e ruptura com esta ordem, e portanto uma ferramenta de emancipação da consciência, é preciso ir além, pensando na construção de um jornalismo contra-hegemônico. “Esse é o sentido e a função última que entendemos que deve ter o ‘alternativo’ na comunicação” (GUIMARÃES, 2014, não paginado).

Em Souza, apoiado no trabalho de Adelmo Genro, encontramos que o repórter “realista” precisa partir da aparência fenomênica da realidade objetiva, ou seja, aquela que se observa na superfície, “ultrapassando-a em sua atividade de descoberta dos condicionamentos contraditórios que compõem um acontecimento”. Nos termos dos autores, seria uma prática que pode permitir um “singular desreificado”, ou seja, o jornalista deve buscar o “desvendamento da objetividade pela prática humana de investigação das determinações essenciais do mundo”. Portanto, “cabe ao jornalismo realista apresentar a vida do ser em seu processo histórico”, conclui Souza, sendo esta “a fusão de fenômeno e essência na construção, via linguagem referencial, de uma objetividade nova, representada com o material singular imediato, na composição de um conhecimento da historicidade humana em sua contraditória jornada”.

O jornalismo possui a “capacidade de evidenciar as pulsões de uma sociedade em crise, alimentando as lutas sociais ao permitir o conhecimento do presente, do fervilhar da imediatez de uma história humana em vias contraditórias”. O jornalista, por sua vez, deve encarar como inevitável um posicionamento diante da realidade (MEDITSCH, 1992, p. 32, apud SOUZA), o que não impede nem dificulta de maneira alguma o acesso à informação. Ao contrário, tal posicionamento, que em Souza o autor chama de ideológico, embora em Guimarães há uma discordância neste sentido ao encarar ideologia nos termos marxianos, tem potencial de ser uma “arma dos sujeitos históricos quando adquire

um caráter emancipatório". Não se trata portanto apenas de defender que não existe jornalismo imparcial, neutro, objetivo, mas que é função do jornalista, enquanto um intelectual orgânico nos termos de Gramsci, se direcionar por uma visão de mundo transformadora, já que diretamente conectado com a realidade concreta, a partir da análise material desta realidade. "Um ponto de vista nitidamente questionador das bases concretas da realidade desperta, quando associado ao rigor intelectual, um potencial desreificador" (SOUZA).

O que se defende aqui não se trata da crença de que somente oferecer "informações confiáveis" para que o leitor tire suas conclusões é suficiente, já que esta individualização pressupõe um princípio liberal-burguês, como lembra Guimarães (2015, p.180). A autora concorda que o jornalismo deve produzir uma "desnaturalização dos fatos" (Moretzsohn, 2007, p. 30 apud GUIMARÃES), "como esforço de desvelamento da fumaça ideológica produzida pelo mundo da mercadoria". Denis de Moraes (2020) lembra que intelectuais de esquerda "desde meados do século XIX até as décadas inaugurais do século XX" não apenas "exerceram o jornalismo", mas também "teorizaram sobre a imprensa como âmbito propício a atividades de informação, conscientização, agitação, propaganda e difusão contra-hegemônica". Tais intelectuais, e Moraes (2020) destaca três em especial - Marx, Lênin e Gramsci -, procuraram "combinar a prática profissional, a militância e as reflexões sobre as práticas, os métodos e o alcance social do jornalismo". Acreditamos que as soluções contra-hegemônicas para o jornalismo também passam por aí. É preciso pensar o jornalismo, em específico, e a Comunicação, em geral, para superá-los enquanto instrumento hegemônico da burguesia. Sabemos que este objeto está em movimento, e em disputa. E é por isso que pensá-lo redobra sua importância. Pois por meio desta teoria que podemos "travar a batalha" mais bem paramentados com as "armas da crítica", para então "agarrar a coisa pela raiz". Sem no entanto desconsiderarmos outras formas de superação da hegemonia burguesa, como nos informa Marx (2005, p.157):

"A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem, e demonstra ad hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem."



O jornalismo informativo, portanto, que nega uma verdade absoluta, que propõe isenção acompanhado por coerência lógica, individualização e valorização do debate e da pluralidade de visões como fonte única de se produzir uma verdade, entre outras características, deve ser superado. Como mencionamos no capítulo Metodologia, apontado por Guimarães (2015, p.20) não basta que a imprensa que se proponha alternativa à lógica empresarial apenas “mude o sinal” ideológico mas continue se valendo do conjunto de técnicas da imprensa burguesa como se fosse universal.

A partir de Marx e Gramsci, Guimarães (2015, p.22) reconhece que “as táticas e estratégias políticas da classe trabalhadora — entre as quais estamos considerando o jornalismo — não podem ser iguais às da burguesia” uma vez que os objetivos são opostos. Para a classe dominante, o objetivo é manter a dominação, enquanto para a classe trabalhadora, é chegar a emancipação humana. A conclusão é de que a função contra-hegemônica empreendida pelo jornalismo que defendemos aqui deve buscar um “esforço de desideologização” daquilo que no capitalismo encontra-se “nublado e invertido”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O passeio teórico e histórico que fizemos ao longo desta pesquisa nos permite apontar algumas considerações que, embora “finais”, não pretendem finalizar completamente os problemas elencados na nossa análise. Ao contrário: pretendem, a partir do aprofundamento da discussão marxista no jornalismo, criar novas perguntas que fomentem o desejo de mais pesquisadores e pesquisadoras da Comunicação respondê-las. Até porque, o que motivou inicialmente a vontade de realizar esta pesquisa e adentrar neste tema por meio do olhar científico foram duas questões que se colocam de forma mais evidentes: a ausência quase completa de referências que dialoguem com a perspectiva do materialismo histórico e dialético no curso de jornalismo; e a inquietação pessoal sobre a falácia, tida como pressuposto inerente ao jornalismo, de que o jornalista, o repórter, o redator devem se isentar de posicionamentos ideológicos em suas matérias, reportagens, investigações jornalísticas, e não podem, em nenhuma hipótese, fazer parte de um partido político ou movimento social, por exemplo. Entendemos que tal premissa é por sua vez carregada de ideologia burguesa e serve para afastar trabalhadores da Comunicação de se entenderem como sujeitos pertencentes da classe trabalhadora e, portanto, sujeitos que podem contribuir em movimentar as engrenagens dos motores da História por meio de seus trabalhos. Embora de modo preliminar, o percurso desta pesquisa aponta que esse pressuposto se trata de fato de uma falácia e que, no nosso ponto de vista, portanto, serve muito mais para desarmar as possibilidades revolucionárias e emancipatórias do jornalismo. E talvez até para perpetuar uma apatia entre as e os estudantes desiludidos com as condições materiais da profissão. Afinal, sem a dimensão contra-hegemônica da prática jornalística, o estudo da comunicação corre o risco de se tornar um terreno árido e infértil para o desenvolvimento da criatividade.

Pensar um objeto de análise para um tema tão complexo não foi tarefa fácil, mas nos parece que observar os conteúdos de forma comparativa de dois tipos de jornais, um jornalismo hegemônico, burguês e empresarial, no nosso caso o Jornal da Cidade, e um jornalismo alternativo, e pretensamente contra-hegemônico, o

Jornal Dois, foi uma escolha acertada para respaldar a hipótese de que o jornalismo informativo é impregnado de ideologia e um modelo a ser superado, mesmo em jornais à esquerda. Vale dizer também que apesar de enunciarmos como proposta principal para a superação do nosso problema de pesquisa as práticas contra-hegemônicas, que estamos convencidas de realmente serem as mais importantes, não podemos desconsiderar nenhuma forma de luta para tornar a imprensa no sistema capitalista menos oligopolizada, com vistas a superar este próprio sistema, seja por meio de “brechas progressistas”, por meio da luta pela democratização da mídia e por outras formas de comunicação. Afinal, como vimos nas categorias marxianas, a totalidade é composta por particularidades. Ainda assim, estamos convencidas de que não precisamos necessariamente explorar um caminho que nos leve a pensar em uma pretensa essência do jornalismo como inerente a sua prática. Queremos ir além, na construção de um jornalismo que seja capaz de contribuir nas trincheiras da disputa hegemônica, um jornalismo orientado por e para a emancipação da classe trabalhadora e, portanto, de toda a humanidade.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. Com colaborações de Laura Caprigliole [et al.]. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

DOMINGUES-DA-SILVA, J.; ZAVERUCHA, J. Teoria da regulação e mídia: ferramentas conceituais para análise de políticas de comunicação. *Revista Alceu*, v. 16, n. 31, p. 215–229, 2015.

DOS SANTOS, Ana et al. A pluralidade da cobertura jornalística no interior de São Paulo: a experiência do Jornal Dois com a mídia radical em Bauru. **Revista de Comunicação Dialógica**, 2018. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcd/article/view/51400/34394>.

FERNANDES, Mario Luiz. A força da notícia local: a proximidade como critério de noticiabilidade.

FERNANDES, Sabrina. *Sintomas Mórbidos: A Encruzilhada da Esquerda Brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.  
\_\_\_\_\_. *Pedagogia Crítica Como Práxis Marxista Humanista: Perspectivas Sobre Solidariedade, Opressão, E Revolução*, 2016.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A Fabricação do Presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo. Dissertação**. Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 1987.

GIANNOTTI, Vito. *Comunicação dos trabalhadores e hegemonia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Núcleo Piratininga de Comunicação, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Os Jornais e Os Operários*. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. *Jornalismo e luta de classes: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia*. Tese apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2016/Mencoes-Honrosas/Servico-Social-Catia-Correa-Guimaraes.PDF>>

\_\_\_\_\_. *Jornalismo e Contra-hegemonia*. PUC Peru, 2014.

Lukács, G. *Para uma ontologia do ser social*, volume I. Editora Boitempo, 2018.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Teses sobre Feuerbach. Editorial "Avante!" - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>

MANZANO, Sofia. Economia política para trabalhadores. São Paulo: Cadernos do ICP –Instituto Caio Prado Jr., 2019.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia E Contra-Hegemonia: A Contribuição Teórica De Gramsci, 2010.

\_\_\_\_\_. A comunicação na batalha das ideias, Gramsci e o Brasil, abril de 2009. Disponível em <<https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>>

\_\_\_\_\_. Karl Marx jornalista, 2020. Disponível em <[https://aterraeredonda.com.br/karl-marx-jornalista/?doing\\_wp\\_cron=1647286995.4642560482025146484375](https://aterraeredonda.com.br/karl-marx-jornalista/?doing_wp_cron=1647286995.4642560482025146484375)>

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências.

PONTES, Felipe S. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo: 30 anos de O Segredo da Pirâmide**. Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. A estética de Lukács e o jornalismo como forma social de conhecimento: elementos para uma abordagem realista da práxis noticiosa. 13o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Campo Grande, UFMS, 2015.

\_\_\_\_\_. Por uma práxis noticiosa realista: da estética de Lukács ao jornalismo crítico-emancipatório de Genro Filho. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 13, n. 2, p. 88-97, 2016.

SOUZA, Wesley Anjos de. Análise do jornalismo na microrregião de Bauru. 2018. 138 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Comunicação Social-Jornalismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/204028>>.